



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MILENE DE BARROS DA SILVA FRESCURA

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS SVS***

JAGUARI
2025

MILENE DE BARROS DA SILVA FRESCURA

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS SVS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus Jaguari* do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Catiane Mazzoco Paniz

JAGUARI

2025

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F884c Frescura, Milene de Barros da Silva
A curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFAR campus SVS / Milene de Barros da Silva Frescura. – Jaguari, 2025.
107 f. : il.

Orientadora: Catiane Mazzoco Paniz
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2025.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. 2. Administração. 3. Ensino profissional. 4. Ensino técnico. 5. Currículos. I. Paniz, Catiane Mazzoco, orient. II. Título.

CDU: 37

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

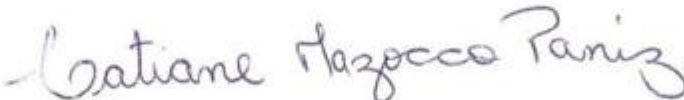
MILENE DE BARROS DA SILVA FRESCUA

**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS SVS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 13 de novembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul
Orientador

Documento assinado digitalmente



VANESSA DE CASSIA PISTOIA MARIANI
Data: 07/01/2026 12:00:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani.
Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul

Documento assinado digitalmente



ASCISIO DOS REIS PEREIRA
Data: 08/01/2026 10:13:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Ascísio dos Reis Pereira
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

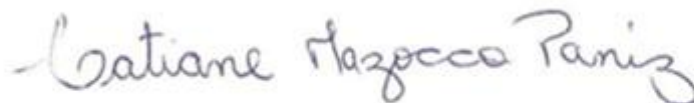
MILENE DE BARROS DA SILVA FRESCUA

**CARTILHA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS SVS***

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.


Validado em 13 de novembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA




Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha *Campus São Vicente do Sul*
Orientador

Documento assinado digitalmente

 **VANESSA DE CASSIA PISTOIA MARIANI**
Data: 07/01/2026 12:00:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani,
Instituto Federal Farroupilha *Campus São Vicente do Sul*

Documento assinado digitalmente

 **ASCISIO DOS REIS PEREIRA**
Data: 08/01/2026 10:13:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Ascísio dos Reis Pereira
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, antes de tudo, a Deus — meu refúgio constante e minha fortaleza em todas as horas. Sem Ele, este propósito jamais teria se cumprido em minha vida.

À minha família, que me sustentou com incentivo e compreensão nos momentos de ausência, ofereço minha eterna gratidão.

À professora Maria Rosângela, que me guiou com sabedoria até o instante de sua merecida aposentadoria, deixando-me o legado de seu auxílio, conforto, amizade e carinho.

À professora Catiane Paniz, que prosseguiu comigo até o término desta etapa, partilhando dedicação e firmeza.

E, por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram ao meu lado nesta jornada, deixo registrado meu reconhecimento e afeto.

*“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho integra a linha 2 – Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica, vinculado ao Macroprojeto 6 – Organização de Espaços Pedagógicos na EPT. A pesquisa buscou compreender como a inserção da curricularização da extensão tem se efetivado nos cursos de Administração e Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul (IFFar – SVS).

A implementação da curricularização é determinada pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), meta 12.7, que deveria ser cumprida até 2024. Sua concretização ocorre por meio da inclusão, na matriz curricular dos cursos de graduação, de um percentual mínimo de 10% dos créditos destinados às atividades de extensão.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como está sendo implementada a curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar – SVS, no contexto das diretrizes do PNE 2014-2024, meta 12.7. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso. Os participantes foram coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública que estiveram envolvidos no processo de implementação da curricularização da extensão. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário aberto e semiestruturado, cujos resultados foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD). A pesquisa permitiu identificar os êxitos e os desafios encontrados na implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar – SVS, bem como a articulação entre ensino e pesquisa. O produto final, elaborado no formato de cartilha, foi construído a partir da legislação pertinente ao tema e das normatizações aplicadas no IFFar – SVS, com a finalidade de colaborar com futuras sugestões de melhorias nesse processo.

Os resultados da pesquisa destacam que os participantes compreendem a extensão como indissociável do ensino e da pesquisa, reconhecendo que esse tripé promove uma formação humana integral e reforça os princípios do IFFar. Outro elemento evidenciado foi a necessidade de criação de espaços para discussão e formação sobre a temática da curricularização da extensão, visando ao aprimoramento de metodologias e práticas extensionistas.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; EPT; Espaços Pedagógicos; IFFar – SVS.

ABSTRACT

This work is part of line 2 – Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), of the Professional Master's Degree in Technological Education, linked to Macroproject 6 – Organization of Pedagogical Spaces in EPT. The research sought to understand how the inclusion of extension curricularization has been implemented in the Administration and Public Management courses at the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha – São Vicente do Sul Campus (IFFar – SVS).

The implementation of curricularization is determined by the National Education Plan (PNE 2014-2024), goal 12.7, which should be fulfilled by 2024. Its realization occurs through the inclusion, in the curricular matrix of undergraduate courses, of a minimum percentage of 10% of the credits allocated to extension activities.

The overall objective of the research was to analyze how the curricularization of extension activities is being implemented in the Administration and Public Management courses at IFFar – SVS, within the context of the guidelines of the National Education Plan 2014-2024, goal 12.7. This is a qualitative research, characterized as a case study. The participants were coordinators and professors from the Administration and Public Management courses who were involved in the process of implementing the curricularization of extension activities. The data collection instrument used was an open and semi-structured questionnaire, whose results were analyzed using Discursive Textual Analysis (DTA). The research allowed us to identify the successes and challenges encountered in the implementation of the curricularization of extension activities in the Administration and Public Management courses at IFFar – SVS, as well as the articulation between teaching and research. The final product, developed in the form of a booklet, was constructed based on the legislation relevant to the topic and the regulations applied at IFFar – SVS, with the aim of contributing to future suggestions for improvements in this process.

The research results highlight that participants understand extension as inseparable from teaching and research, recognizing that this tripod promotes a comprehensive human development and reinforces the principles of IFFar. Another element evidenced was the need to create spaces for discussion and training on the theme of curricularizing extension, aiming at improving extension methodologies and practices.

Keywords: Curricularization of extension; EPT; Pedagogical Spaces; IFFar – SVS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada do <i>Campus</i> São Vicente do Sul	29
Figura 2: Ensino/pesquisa/extensão	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Analisando produções anteriores	21
Quadro 2: Componente curricular do curso Administração	31
Quadro 3: Ementa do curso de Administração	31
Quadro 4: Componente curricular do curso de Gestão Pública	33
Quadro 5: Ementa do curso de Gestão Pública	33
Quadro 6: Identificação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública	34
Quadro 7: Categorias e subcategorias emergidas da ATD.....	52
Quadro 8: Opiniões e sugestões sobre o produto educacional.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Validação do material apresentado.....	74
Gráfico 2: O Produto Educacional atendeu o seu propósito?	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CES - Câmara de Educação Superior
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ENTREV – Entrevistado(a)
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GT - Grupo de Trabalho
IF - Instituto Federal
IFFar - Instituto Federal Farroupilha
IFPR - Instituto Federal do Paraná
IFs - Institutos Federais
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPI - Projeto Político Institucional
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROJEN - Projeto de Ensino
RFEPCT - Rede Federal de Ensino Profissional Científico e Tecnológico
SECNS - Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde
SVS - São Vicente do Sul
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE - Termo de Confidencialidade
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: INVESTIGANDO PESQUISAS ANTERIORES	20
CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	25
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	25
2.2 IFFar <i>CAMPUS</i> SÃO VICENTE DO SUL	28
2.3 CONHECENDO OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	30
2.3.1 O Curso de Bacharelado em Administração.....	30
2.3.2 O curso de Tecnologia em Gestão Pública.....	32
CAPÍTULO 3: A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	36
3.1 A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	36
3.2 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	38
3.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR.....	44
CAPÍTULO 4: APORTES METODOLÓGICOS	46
4.1 METODOLOGIA.....	46
4.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA	47
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	47
4.4 COLETAS DE DADOS	47
4.5 ANÁLISES DOS DADOS - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4.6 ASPÉCTOS ÉTICOS.....	48
4.6.1 Riscos, confidencialidade e benefícios da pesquisa do participante	49
CAPÍTULO 5: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	50
5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	50
5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DE ACORDO COM A ATD	51
5.2.1 Categoria 1 - Curricularização da extensão: a implementação	53
5.2.1.1 Subcategoria 1- Experiência na Implementação da Curricularização da Extensão	54
5.2.1.2 Subcategoria 2 - A curricularização nos cursos de Administração e Gestão Pública	55
5.2.1.3 Subcategoria 3 - A participação dos docentes, técnicos administrativos e a comunidade acadêmica na implementação e validação da curricularização da extensão.....	58
5.2.1.4 Subcategoria 4 - Considerações sobre a implementação da curricularização	

da extensão no curso de Administração e Gestão Pública	60
5.2.1.5 Subcategoria 5 - Desafios e estratégias na implementação da curricularização da extensão.....	63
5.2.2 Categoria 2 - Ensino-pesquisa- extensão.....	64
5.2.3 Categoria 3 - Impactos na comunidade.....	66
5.2.4 Categorias 4 - Formação de professores	69
CAPÍTULO 6: PRODUTO EDUCACIONAL.....	72
6.1. PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL: Cartilha da Curricularização da Extensão no IFFar <i>Campus SVS</i>	72
6.2 DESCRIÇÕES DO PRODUTO	72
6.3 AVALIAÇÃO E RESULTADOS.....	73
CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE 86	
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES E	
COORDENADORES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	
DO IFFAR <i>CAMPUS SVS</i> QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE	
IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	91
APÊNDICE C - CARTILHA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR	
<i>CAMPUS SVS</i>.....	95

INTRODUÇÃO

Iniciei os estudos acadêmicos em 1997, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *Campus* Santiago, no curso de Ciências Contábeis. Foram cinco anos de muitos aprendizados e novas amizades. A escolha pelo curso visava melhores oportunidades de trabalho, visto que era o que melhor se apresentava naquele momento em termos de ofertas de emprego. A trajetória profissional iniciou no comércio de São Francisco de Assis, minha cidade natal, onde trabalhei por dois anos como vendedora. No entanto, almejava atuar na área de formação, e a busca pela estabilidade financeira e profissional levou-me à área pública, dedicando-me aos estudos para concursos. Foram vários concursos, todos com aprovação, mas a nomeação ocorreu apenas em 2004, para o então CEFET – SVS, no cargo de Técnica em Contabilidade. Atuei nesse cargo por seis anos e, em 2009, realizei concurso para o cargo de Contadora, sendo nomeada em 2010 para o *Campus* de Santo Augusto. Trabalhei lá por pouco tempo e fui removida para o *Campus* de São Vicente do Sul, onde atuo até hoje como contadora. Minhas atividades administrativas, juntamente com os demais setores, colaboram para o funcionamento da instituição.

Devido ao tempo de atuação em atividades administrativas, especialmente na área contábil, busquei dar continuidade ao aperfeiçoamento da formação acadêmica. Assim, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, necessitava escolher uma temática voltada para minha área de formação inicial e profissional. Sendo a contabilidade considerada atividade administrativa e meio que oferece subsídios para a gestão, e estando eu inserida nesse universo, resolvi pesquisar sobre a curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública. Essa escolha se justifica pelo fato de tais cursos serem predominantemente voltados para o universo administrativo e possuírem grande proximidade com minha formação acadêmica e área de atuação profissional.

Considerando que minha vida profissional é exercida em uma instituição de ensino, o interesse em aprofundar-me no universo pedagógico suscitou o desejo de realizar a pesquisa sobre a curricularização da extensão. A premissa para o estudo foi a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes

para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Essa resolução assegura que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação sejam destinados a programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente para áreas de grande pertinência social.

Segundo a Resolução nº 07/2018, a extensão é compreendida como atividade articulada à matriz curricular e ao desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, que estabelece uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os diversos setores da sociedade. Essa interação ocorre por meio da produção e aplicação do conhecimento, em constante integração com o ensino e a pesquisa. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFFar, 2019-2026, p. 62), a extensão é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional. Conforme a Resolução Ad Referendum do Consup nº 15/2023, são consideradas atividades de extensão aquelas associadas à formação do estudante e que estabelecem diálogo e troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade, por meio da participação e do contato com demandas sociais, econômicas e culturais presentes nos diferentes contextos e realidades.

Nessa perspectiva, consagra-se o estudante como protagonista do processo, pois é por meio dessas ações que se contribui para sua formação integral, estimulando-o como cidadão crítico e responsável. Com base na previsão legal que regulamenta as atividades de extensão — no mínimo 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação — foi proposto o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a curricularização da extensão está sendo implementada nos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFar *Campus SVS*?

O presente trabalho buscou identificar como está sendo realizada a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFar *Campus SVS*, no contexto das diretrizes do PNE 2014-2024 (Meta 12.7). A motivação para este estudo, enquanto servidora técnica administrativa, é apresentar como a curricularização da extensão está sendo organizada e implementada nos cursos mencionados. Ressalta-se que esse assunto

é relativamente novo e pouco socializado. Inserida em uma instituição que tem a obrigatoriedade de cumprir essa norma, percebo que a apropriação do tema resultará na compreensão dessas práticas, oferecendo elementos de transformação para discentes, docentes e para a instituição, bem como para o contexto local, regional e nacional.

Diante disso, mostra-se de grande relevância a presente pesquisa para a instituição e para a comunidade acadêmica, visto que é um assunto pouco explorado e que contribuirá para o entendimento do processo de curricularização e sua aplicabilidade. Isso auxiliará na identificação de desafios e estratégias, oportunizando, por conseguinte, sugestões de melhorias nesse processo.

CAPÍTULO 1: INVESTIGANDO PESQUISAS ANTERIORES

Com o propósito de investigar as produções científicas existentes sobre o tema da curricularização da extensão, buscamos conhecer as pesquisas realizadas em alusão ao tema proposto nesta dissertação. A revisão bibliográfica compreendeu o período de 2019 a 2023.

As teses e dissertações selecionadas no site do Observatório do ProfEPT e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES demonstram a relevância do presente estudo, uma vez que o IFFar, especialmente o *Campus SVS*, a partir da temática da curricularização da extensão, busca atender às normas legais, articular teoria e prática e exige pensar a aplicação do aprendizado, na mesma medida em que assume um compromisso social, traduzindo-se em uma ação transformadora de grande importância para seu papel frente à sociedade.

A pesquisa revelou o ineditismo da problemática a ser investigada e comprova a relevância do tema. As revisões sistemáticas das produções acadêmicas foram realizadas no site do Observatório do ProfEPT, em Dissertações e Produtos, e no Portal da CAPES, em seus catálogos de teses e dissertações (CTD). No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o descritor “curricularização da extensão”, foram encontrados 95 trabalhos, dentre os quais alguns abordavam a temática da extensão universitária. Todavia, ao serem analisados, não apresentaram relação direta com a temática desenvolvida nesta pesquisa, razão pela qual foram desconsiderados.

Uma nova busca foi realizada no site do Observatório do ProfEPT, também com o descritor “curricularização da extensão”. Nessa busca, foram encontradas sete produções científicas referentes ao tema, escolhidas por se aproximarem mais da proposta desta pesquisa. Optou-se pelos Institutos Federais, tendo em vista que compartilham de um mesmo objetivo: ofertar ensino público, gratuito e de qualidade a todos.

Após a seleção, procedeu-se à leitura integral dos trabalhos, com o intuito de explorar os principais referenciais teóricos e a abordagem dos autores sobre o tema. Para maior compreensão, será apresentado no Quadro I uma síntese intitulada “Analisando Produções Anteriores”, contendo uma descrição sucinta dos trabalhos mais relevantes, ou seja, aqueles que mais se aproximaram do objetivo proposto, do lócus da pesquisa ou de conceitos relacionados à temática, conforme será exposto a

seguir:

Quadro 1: Analisando produções anteriores

Descritor - Curricularização da extensão			
	Obra/Título	Autor/Ano	Resumo
1	Dissertação de mestrado, IFRS – <i>Campus</i> Porto Alegre. Curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Contextos e possibilidades.	Rosângela Ferreira, 2022.	A dissertação teve como objetivo propor estratégias para a apropriação de conhecimentos e metodologias que contribuam para a curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Buscou, ainda, analisar as experiências já realizadas nesse âmbito, identificar os aspectos que favorecem ou dificultam a implementação da curricularização da extensão e desenvolver instrumentos que auxiliem o processo de inserção das atividades extensionistas nos componentes curriculares dos cursos.
2	Dissertação de mestrado, IFSC. O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina.	Tomé de Pádua Furtuoso, 2020.	O estudo teve como propósito propor estratégias de curricularização da extensão para os projetos pedagógicos dos cursos superiores do IFSC, analisar como ocorre a adaptação desses cursos frente à curricularização, bem como identificar os pontos que necessitam de aprimoramento no processo de implementação da curricularização.
3	Dissertação de mestrado, IFPR. A Curricularização da extensão nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR.	Samanta Ramos dos Santos Leske, 2022.	Este estudo propõe, em conjunto com os docentes dos cursos de tecnologia, a análise e compreensão das concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais e institucionais, bem como a contribuição dessas concepções para o processo de implementação da curricularização da extensão.
4	Dissertação de mestrado, IFFAR <i>Campus</i> Frederico Westfalen. Concepções de curricularização da extensão: Possíveis contribuições à Educação Profissional e Tecnológica.	Leandro Adriano Ilgenfritz, 2022.	Esta pesquisa buscou compreender a curricularização da extensão na formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visando à constituição de sujeitos dialógicos e críticos.

5	<p>Dissertação de mestrado IF da Bahia.</p> <p>Os letramentos dos movimentos sociais na concepção da curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Simpósio para a análise e proposições de trajetórias.</p>	<p>Marcela Sacramento do Espírito Santo, 2022.</p>	<p>A pesquisa tem como foco a discussão sobre a curricularização da extensão após a Resolução nº 007/2018, considerando o papel dos letramentos oriundos dos movimentos sociais como caminho para a efetivação desse processo no Instituto Federal Baiano. Parte-se da compreensão de que, por meio do letramento, a extensão poderá ocorrer de forma integral, legitimada pelos cotidianos dos grupos envolvidos na construção do conhecimento.</p>
6	<p>Dissertação de Mestrado do Centro Estadual de Edu. Tec. Paula Souza- Unidade de Pós -Graduação, Extensão e Pesquisa de São Paulo.</p> <p>Avaliação do Impacto da Curricularização da Extensão: Proposta para uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica.</p>	<p>Dyane Guedes Cunha, 2023.</p>	<p>A pesquisa teve como objetivo indicar resultados e indicadores relacionados aos principais atores da curricularização da extensão, a saber: estudantes, instituição de ensino e sociedade. Buscou avaliar o impacto da curricularização da extensão e, dessa forma, proporcionar informações relevantes para a gestão institucional, contribuindo para o processo de implementação da curricularização da extensão na instituição em foco, bem como para outras instituições congêneres.</p>
7	<p>Dissertação de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia - MPET.</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto Federal Sul-Rio Grandense de Pelotas -RS.</p>	<p>Rafael Madruga Pereira, 2023.</p>	<p>O estudo teve como finalidade compreender o processo de planejamento da implementação da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), com o objetivo de produzir mecanismos que auxiliem na concretização de uma prática dialógica e participativa.</p>

Fonte: site do Observatório ProfEPT (Elaborado pela autora).

Apresentam-se, na sequência, os tópicos referentes ao referencial teórico, iniciando pela dissertação de mestrado de Ferreira (2022), que teve como objetivo propor estratégias para a apropriação de conhecimentos e metodologias que contribuam para a curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Além disso, buscou analisar as experiências de curricularização da extensão, os aspectos que favorecem ou dificultam sua implementação e desenvolver instrumentos que auxiliem o processo de inserção de

atividades extensionistas nos componentes curriculares dos cursos. Dessa forma, o estudo dialoga diretamente com o tema proposto e proporcionou também o conhecimento acerca do amparo legal para a curricularização da extensão.

Frutuosa (2020), em seu estudo, propôs estratégias para a curricularização da extensão nos projetos pedagógicos de cursos superiores do IFSC. Identificou que os 10% da carga horária destinados à extensão não são suficientes para a efetiva concretização da curricularização e que, no IFSC, essa prática ainda é pouco difundida. Nesse contexto, torna-se necessário refletir e analisar se a creditação de 10% da carga horária nos currículos será suficiente para o bom desenvolvimento e aplicação dessa prática, além de se considerar a importância de uma maior divulgação dessa atividade.

No estudo de Leske (2022), buscou-se compreender as concepções de extensão estabelecidas nas políticas educacionais e institucionais, bem como a contribuição dessas concepções para o processo de implementação da curricularização da extensão. O trabalho contribui para o entendimento da extensão dentro das políticas educacionais, destacando sua relevância para a formação discente, para a instituição e para a sociedade.

A dissertação de mestrado de Ilzenfritz (2022) apresentou como questão fundamental compreender as contribuições da curricularização da extensão na concretização da formação integral na Educação Profissional e Tecnológica, visando à formação de sujeitos dialógicos e críticos. Dessa forma, o estudo contribui para o entendimento da formação humana integral na EPT e evidencia como a curricularização da extensão pode favorecer esse processo.

Espírito Santos (2022), em sua dissertação, discutiu o papel dos letramentos dos movimentos sociais como caminho para a efetivação da curricularização da extensão. Também abordou a curricularização no contexto da EPT, contribuindo para o esclarecimento de conceitos relacionados à educação profissional e tecnológica e ressaltando a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Embora se distancie do foco desta pesquisa — a curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar *Campus* São Vicente do Sul — o estudo oferece reflexões relevantes para a compreensão do tema.

A pesquisa de Cunha (2023) promoveu a avaliação da curricularização da extensão em uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, considerando os principais atores envolvidos: estudantes, instituição de ensino e

sociedade. Buscou apresentar resultados e indicadores que contemplassem diferentes prazos — curto, médio e longo — favorecendo a difusão e reflexão sobre a curricularização da extensão, tanto na instituição em foco quanto em outras congêneres.

Pereira (2023), em seu estudo, buscou compreender o processo de planejamento da implementação da curricularização da extensão no IFFSul, criando ferramentas que contribuíssem para uma prática dialógica e participativa, de acordo com os interesses e necessidades de todos os envolvidos no processo.

Diante das análises apresentadas, percebe-se a existência, ainda que pouco significativa, de estudos voltados para a curricularização da extensão nos Institutos Federais. No entanto, não foram encontrados trabalhos com objetivos semelhantes ao desta pesquisa, que trata especificamente da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do *Campus* São Vicente do Sul.

Assim, a abordagem aqui proposta representa uma contribuição significativa para o processo de curricularização da extensão, fornecendo informações que possibilitam compreender como se deu a implementação desse processo e permitindo o desenvolvimento de indicadores que servirão para o aprimoramento dessa prática. Dessa forma, o estudo também se configura como meio de difusão de percepções para demais interessados no tema.

No próximo capítulo, será apresentada uma abordagem sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil ao longo dos tempos.

CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja finalidade precípua é preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, além de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

A EPT prevê, ainda, a integração com os diferentes níveis e modalidades da educação e com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Além disso, articula-se com a Educação de Jovens e Adultos e com a educação básica no nível médio, podendo ser ofertada de forma integrada, concomitante ou subsequente.

A Constituição Federal, em seu Art. 227, inclui a educação e a profissionalização como direitos a serem garantidos com prioridade. Pautada nessas premissas, a LDB posiciona a educação profissional e tecnológica como central na garantia de dois direitos fundamentais assegurados aos cidadãos: educação e trabalho.

A história da educação profissional e tecnológica no Brasil remonta ao período colonial, quando atividades laborais eram desenvolvidas nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil, criados durante o ciclo do ouro. Nesse contexto, a Educação Profissional, como política pública, surgiu em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI. Ao longo do século XIX, foram criadas diversas instituições voltadas ao ensino das primeiras letras e à iniciação em ofícios, destinadas principalmente a crianças pobres, órfãs e desamparadas, assumindo um caráter assistencialista.

No estado do Rio de Janeiro, em 1906, o então governador Nilo Peçanha criou três escolas de ofícios voltadas à formação técnica e ideológica da força de trabalho industrial e manufatureira. Em 1909, já como presidente, instituiu uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas aos pobres e humildes. Em 1910, várias dessas escolas foram criadas em diferentes unidades da Federação, dando

início à Rede Federal, que posteriormente resultou em escolas técnicas e, mais tarde, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. O desenvolvimento industrial e tecnológico evidenciou a oposição entre um modelo autônomo e outro subordinado ao grande capital. O crescimento dos centros urbanos e industriais estimulou a criação de serviços de infraestrutura, como transportes e edificações. A modernização tecnológica, ainda incipiente e dependente de tecnologia importada, gerou novas demandas de qualificação profissional e iniciativas voltadas à instrução básica e popular.

Nesse período, o sistema escolar e a educação profissional passaram por reestruturações, com redes de escolas criadas por entes federados e até mesmo pela Igreja. Os destinatários deixaram de ser apenas os pobres e desvalidos, abrangendo também setores populares urbanos que se tornariam trabalhadores assalariados. Assim, o ensino profissional consolidou-se como processo institucionalizado de qualificação e inserção de trabalhadores no mercado.

A política educacional vigente reforçou a dissociação entre trabalho manual e intelectual, consolidando a divisão social do trabalho e a estrutura escolar. Instituiu-se um ensino secundário voltado às elites, enquanto os ramos profissionais do ensino médio eram destinados às classes menos favorecidas. Com a expansão industrial, a qualificação da mão de obra tornou-se uma necessidade, levando à criação de novas legislações, como a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que estabeleceu nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial.

Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127/42 estabeleceu as bases da rede federal de ensino industrial, composta por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Extinguiu os liceus industriais e os transformou em escolas industriais e técnicas, que passaram a oferecer formação profissional nos ciclos do ensino industrial.

Em 1971, algumas dessas escolas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Posteriormente, a Lei nº 8.948/1994 aprovou a transformação de todas as escolas técnicas federais em CEFETs, regulamentada pelo Decreto nº 2.406/97.

No Brasil, a oferta de educação profissional se deu por diferentes modelos

institucionais, como Escolas Agrotécnicas, Escolas Agrícolas e CEFETs. Para superar a fragmentação desses modelos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, unificando a oferta em uma única tipologia.

A educação profissional e tecnológica, como política pública, não se limita ao financiamento de sua manutenção, mas se fundamenta em seu compromisso social. Nos últimos anos, apresentou mudanças significativas, especialmente a partir de políticas governamentais de 2008, que propiciaram a criação de 38 Institutos Federais em todo o país.

Com a Lei nº 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os 31 CEFETs, 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDEs), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades foram reorganizados e passaram a compor os Institutos Federais.

Segundo Brasil (2008), os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

Além da oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, os Institutos Federais têm como objetivo desenvolver programas de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica. Conforme Silva e Pacheco (2022, p. 2):

O projeto político pedagógico idealizado para os IF foi orientado para a formação de uma rede de instituições revolucionárias, no sentido de uma atuação inovadora, original e ousada na renovação de padrões estabelecidos e no alcance de novos horizontes em ensino, pesquisa e extensão nos campos da formação profissional e do desenvolvimento científico e tecnológico (Silva e Pacheco, 2022).

Com os Institutos Federais, nasce uma nova proposta de ensino, inaugurando-se uma fase marcada pelo caráter público, gratuito, democrático e de excelência. Segundo Pacheco (2010), os Institutos Federais são identificados como incubadoras de políticas sociais, pois constituem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

A educação nos Institutos Federais pressupõe uma formação humana integral, omnilateral, humanística e científica. De acordo com Ciavatta (2005, p. 2),

“como formação humana, o que se busca é garantido ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Sob essa perspectiva, compreende-se que, por meio dos conhecimentos adquiridos na educação e a partir de uma relação dialógica entre sujeitos, podem emergir conceitos intelectuais superiores, permitindo uma atuação crítica no mundo.

Um dos objetivos dos Institutos Federais é desenvolver atividades de extensão, em consonância com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, articulando-se com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (Brasil, 2008, p. 5).

A organização pedagógica dos Institutos Federais possibilita aos estudantes a realização de seus estudos de forma verticalizada, desde a educação básica até a pós-graduação. A estrutura multicampi favorece a criação de espaços fundamentais para a construção de caminhos voltados ao desenvolvimento local e regional.

No tópico a seguir, será apresentada uma contextualização sobre a criação e origem do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul, lócus desta pesquisa.

2.2 IFFar *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL

O IFFar *Campus* São Vicente do Sul, sediado no município homônimo, tem sua origem na Escola de Iniciação Agrícola, criada em 17 de novembro de 1954. Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.168, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria, passando a denominar-se Colégio Agrícola. Posteriormente, em 13 de novembro de 2002, por meio de Decreto Presidencial, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), assumindo essa nova denominação.

No ano de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dessa reformulação emergiu o Instituto Federal Farroupilha, do qual o *Campus* São Vicente do Sul passou a fazer parte, integrando-se ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, à Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, à Escola

Agrotécnica Federal de Alegrete e à Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, anteriormente vinculada ao CEFET de Bento Gonçalves.

Com a criação do IFFar *Campus* São Vicente do Sul em 2008, ampliou-se significativamente a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, consolidando-se como instituição pública, gratuita e de qualidade, comprometida com uma formação humana integral e voltada à emancipação dos sujeitos. O *campus* tem como missão formar profissionais aptos a atuar no mundo do trabalho, promovendo também atividades de pesquisa e extensão.

A instituição oferece educação nos níveis básico, técnico, graduação (bacharelados, tecnologias e licenciaturas) e pós-graduação lato sensu. Os cursos técnicos são ofertados nas modalidades integrado, concomitante e subsequente. Atualmente, os cursos superiores ofertados pelo *campus* são: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas e Química. Na área de tecnologia, são oferecidos os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Pública.

Figura 1: Entrada do *Campus* São Vicente do Sul



Fonte: Registro realizado pela autora da pesquisa.

Atualmente, o *campus* acolhe 1.627 estudantes, distribuídos entre os cursos ofertados nos períodos matutino e vespertino. Diante dessas ofertas disponibilizadas pelo *campus* de São Vicente do Sul, o próximo tópico apresenta os cursos de Administração e Gestão Pública, que constituem o foco desta pesquisa.

2.3 CONHECENDO OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Os cursos de Administração e Gestão Pública constituem os sujeitos desta pesquisa. Para iniciar, será apresentado o Curso de Administração ofertado no *Campus* São Vicente do Sul, conforme o que está disposto em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

2.3.1 O Curso de Bacharelado em Administração

O curso de Bacharelado em Administração é ofertado no período noturno e atualmente conta com 133¹ estudantes. Está inserido na área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, com carga horária total de 3.000 horas. Sua criação ocorreu por meio da Resolução do Conselho Superior nº 023/2014-CONSUP; a Resolução nº 45/2014 aprovou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e autorizou seu funcionamento; e a Resolução nº 113/2022 aprovou o ajuste curricular no PPC.

A criação do curso está alinhada à identidade regional, comprometida com o desenvolvimento local, destacando a ação empreendedora, a necessidade de diversificação da matriz produtiva e o potencial econômico da comunidade abrangida pelo *Campus* São Vicente do Sul.

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do curso de Bacharelado em Administração estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, convergindo para contemplar as necessidades formativas do curso.

A curricularização da extensão nos cursos superiores, conforme normatiza a Resolução CNE/CES nº 07/2018, prevê que 10% da carga horária curricular seja destinada às atividades de extensão. No curso de Administração, isso corresponde a

¹ O número de estudantes matriculados no curso no ano de 2025.

300 horas, distribuídas nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 2: Componente curricular do curso Administração

Componente Curricular	Carga Horária
Metodologia Extensionista	36 h
Seminários de Extensão	36 h
Prática de Extensão I	70 h
Prática de Extensão II	70 h
Seminário de Práticas Organizacionais	70 h
Atividades Complementares do Curso	18 h
Total	300 h

Fonte: PPC do curso de Administração do IFFar *Campus SVS-2023*

No quadro abaixo serão descritos os componentes curriculares do curso de Administração e o que está previsto em suas ementas.

Quadro 3: Ementa do curso de Administração

Componente Curricular	Ementa
Metodologia Extensionista	A ementa prevê a conceituação, os marcos legais e as políticas institucionais da extensão, bem como o seu planejamento e execução no IFFar.
Seminários de Extensão	Extensão em uma perspectiva articulada com o Ensino e a Pesquisa, envolvendo a elaboração e o desenvolvimento de atividades e projetos de extensão em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar.
Prática de Extensão I	Elaboração e desenvolvimento de atividades e projetos de extensão, buscando envolver, em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, o conhecimento sobre modelos de organizações e a influência das escolas na gestão e administração; o desenvolvimento organizacional e suas possibilidades na gestão; o ambiente de marketing nas organizações; o estudo do comportamento do consumidor; o planejamento nas organizações e sua operacionalização; estratégias de marketing e posicionamento estratégico; o processo de formação e implementação de estratégias organizacionais; a estrutura organizacional; a análise das organizações; os processos humanos nas organizações; o

	poder nas organizações e a administração de conflitos; as bases de uma dinâmica de liderança eficaz e os estilos existentes; tensão e conflito; feedback; funcionamento e desenvolvimento de grupos; teorias de motivação e o nível de satisfação das pessoas; e a dinâmica do relacionamento interpessoal.
Prática de extensão II	Elaboração e desenvolvimento de atividades e projetos de extensão em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, envolvendo saberes dos componentes curriculares: administração da produção e operações e suas influências na gestão; planejamento, administração financeira e decisões de financiamento; relações de trabalho; gestão estratégica de pessoas; planejamento estratégico nas organizações e sua operacionalização; e gerenciamento de projetos.
Seminários de práticas organizacionais	Elaboração e desenvolvimento de atividades e projetos de extensão em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, utilizando técnicas de elaboração de projetos. Inclui a identificação de demandas, a elaboração e o encaminhamento de projetos, bem como o desenvolvimento de iniciativas que devem resultar em um produto final integrando ensino, pesquisa e extensão, de modo que esse componente adquira caráter vivencial e experimental e se configure como uma atividade de extensão.

Fonte: PPC do curso de Administração - 2023 (adaptado pela autora).

Diante do exposto, nota-se que a ementa contempla atividades e projetos de extensão, buscando envolver, em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, iniciativas que promovam a extensão em uma perspectiva articulada com o Ensino e a Pesquisa.

2.3.2 O curso de Tecnologia em Gestão Pública

O curso é ministrado no período noturno e, atualmente, conta com 66² estudantes. Integra o eixo tecnológico de Gestão e Negócios, possui carga horária total de 1.720 horas e está normatizado pelos seguintes atos autorizativos: Resolução Consup nº 023/2008, que aprova a criação do curso; Resolução Consup

² Número de alunos matriculados em 2025.

nº 16/2011, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso (PPC); Resolução Consup nº 62/2013, que dispõe sobre a aprovação do ajuste curricular do PPC; e Resolução Consup nº 67/2022, que aprova novo ajuste curricular. O curso foi reconhecido em 23 de janeiro de 2015 pela Portaria MEC nº 047/2015.

As políticas institucionais de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação desenvolvidas no âmbito do curso estão em consonância com as diretrizes constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, convergindo para contemplar as necessidades formativas da área.

A curricularização da extensão consiste na inclusão de atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, com a finalidade de promover impactos na formação discente e na transformação social. Trata-se de uma exigência estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 07/2018, que instituiu a obrigatoriedade da curricularização da extensão nos cursos de graduação.

No curso de Tecnologia em Gestão Pública, o mínimo de 10% da carga horária total é destinado às atividades de extensão, o que corresponde a 180 horas, distribuídas em três disciplinas obrigatórias da matriz curricular, assim dispostas nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 4: Componente curricular do curso de Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária
Seminário de Experiências Inovadoras de Desenvolvimento	36 h
Seminário de Prática em Gestão Pública	72 h
Seminário de Práticas em Projetos	72h
Total	180 h

Fonte: PPC do curso de Gestão Pública do IFFar SVS- 2023 (adaptado pela autora).

Após o estabelecimento dos componentes curriculares do curso e a definição da carga horária, foi elaborada a ementa a ser desenvolvida. No quadro abaixo estão especificados os componentes curriculares e suas respectivas ementas.

Quadro 5: Ementa do curso de Gestão Pública

Componente Curricular	Ementa
Seminário de Experiências Inovadoras	Conceitos e diretrizes para as ações de extensão; tipologias das ações de extensão; identificação de

de Desenvolvimento	experiências inovadoras em desenvolvimento no Vale do Jaguari.
Seminário de Prática em Gestão Pública	Desenvolvimento de atividades de extensão adequadas à realidade e às etapas em que o curso está inserido, em consonância com o perfil profissional do egresso e com a missão institucional.
Seminário de Práticas em Projetos	Desenvolvimento de atividades de extensão adequadas à realidade e às etapas em que o curso está inserido, em consonância com o perfil profissional do egresso e com a missão institucional.

Fonte: PPC do curso de Gestão Pública do IFFar *Campus SVS-2023* (adaptado pela autora).

Nota-se que, no curso de Gestão Pública, os componentes curriculares estão organizados em seminários, os quais contemplam conceitos e diretrizes para as ações de extensão, bem como as tipologias dessas ações.

A seguir, estabelece-se uma correlação entre os cursos de Administração e Gestão Pública no tocante às políticas aplicadas a cada um deles. Percebe-se que ambos possuem as mesmas políticas em sua formatação, diferenciando-se apenas na creditação da curricularização da extensão: no curso de Administração, estão previstas 300 horas na carga horária, enquanto no curso de Gestão Pública são 180 horas. Essa diferença ocorre em razão do total de horas estabelecidas para cada curso.

Quadro 6: Identificação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública

Administração		Gestão Pública
Políticas de ensino	Atividades de ensino no âmbito do currículo, Projetos de Ensino - por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino-PROJEN.	Atividades de ensino no âmbito do currículo, Projetos de Ensino- por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino-PROJEN.
Políticas de Inovação	Projetos de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Financiamento.	Projetos de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Financiamento.
Políticas de Extensão	Programas Institucionais de Extensão.	Programas Institucionais de Extensão.
Curricularização da	300h - Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão; interatividade entre docentes, e técnicos administrativos e sociedade;	180h - Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão; interatividade entre docentes, e técnicos administrativos e sociedade;

Extensão	atendimento a comunidade externa; promoção do desenvolvimento sustentável; preparação para o mundo do trabalho.	atendimento a comunidade externa; promoção do desenvolvimento sustentável; preparação para o mundo do trabalho.
----------	---	---

Fonte: Retirado do PPC IFFar *Campus SVS*- 2023 (adaptado pela autora).

Políticas que promovam oportunidades, equidade, maior coesão social e inserção na comunidade, bem como o enfrentamento às discriminações, entre outras medidas, exigem maior envolvimento da sociedade e das instituições educativas.

Pensar em um currículo que promova a transformação e a renovação de conhecimentos requer uma ampla visão de mundo e acesso a informações que impactem diretamente a vida das pessoas.

Santomé (2013, p. 10) argumenta:

Recolocar em seu devido lugar a importância dos conteúdos que devem ser objetos de atenção prioritária nas instituições escolares exige contemplar aspectos como inclusão, a representação, o reconhecimento, as contribuições e a valorização das pessoas, dos grupos e das culturas que estão presentes nas salas de aula e na sociedade mais ampla na qual a escola está inserida (SANTOMÉ,2013).

No entanto, Veiga e Fonseca (2001, p. 153) afirmam que:

Perceber o currículo como espaço de conflito e dar lugar à diversidade não significa abdicar do direito e do compromisso de propor alternativas. Apenas amplia o desafio de romper com estruturas tradicionais para que, respeitando as diferenças e a polissemia de vozes, a escola proporcione condições de aprendizagem a todos (VEIGA e FONSECA, 2001).

Frente aos compromissos da escola, que precisa enfrentar desafios surgidos tanto de maneira externa quanto interna, pensar o projeto político-pedagógico de uma instituição é pensar a escola em sua totalidade e em sua função social. O projeto escolar é fruto da construção coletiva, arquitetada por todos os envolvidos no processo educativo (VEIGA; FONSECA, 2001).

No capítulo a seguir, abordaremos a extensão na educação brasileira e, na sequência, a curricularização da extensão, tema central de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 3: A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Este capítulo apresenta uma breve retomada histórica da extensão na educação superior brasileira, aborda a curricularização da extensão e sua configuração na atualidade, bem como o processo de curricularização no IFFar.

3.1 A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 43, estabelece que a educação superior tem como uma de suas finalidades:

Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, Lei 9.394/96).

Nesse sentido, percebe-se a relação de trocas de saberes entre a academia e a comunidade, cujo resultado, gerado a partir dessa ação dialógica, é logrado em benefício da sociedade. Desse modo, o Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto nº 19.851, de 11/04/1931) referia-se à extensão como propulsora de cursos e conferências voltados à promoção de soluções para atender demandas sociais, o que se resumia a debates políticos, sociais e econômicos.

Nas décadas de 1940 e 1950, embora tenha ocorrido um aumento nas atividades de extensão, estas permaneceram com as mesmas concepções da década anterior. Já na década de 1960, em razão de diversos acontecimentos — entre eles a mobilização popular em prol de reformas sociais no Brasil —, as instituições de ensino superior passaram a ser exigidas a desenvolver maior interação com a comunidade. Após a Reforma Universitária de 1968, houve a oficialização da extensão universitária, conforme descrito na Lei nº 5.540/1968:

Art. 20º - As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (Brasil, Lei 5.540/68).

Nessa mesma lei, em seu Art. 40, emerge o tema da extensão e o envolvimento dos discentes com a comunidade, afirmando:

As Instituições de Ensino Superior por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em

programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (Brasil, Lei 5.540/68).

Reforça-se, nesse contexto, o envolvimento da comunidade acadêmica com a comunidade externa, propiciando desenvolvimento e benefícios sociais, frutos dos conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos no processo de formação acadêmica.

A partir de 1969, a extensão ganhou âmbito nacional com o surgimento do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa. Esse projeto caracterizou-se por promover a integração social mediante a participação voluntária de estudantes universitários, com o intuito de buscar soluções que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e para a ampliação do bem-estar da população.

Na década de 1970, com a reforma universitária e o regime militar, a extensão passou a ser entendida e exercida como prestação de serviços de caráter assistencialista (REIS, 2010, p. 21). Nos anos 1990, entretanto, a extensão universitária ganhou uma nova perspectiva: os conhecimentos produzidos nas universidades passaram a ser transmitidos às comunidades locais, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e deixando de ser vista apenas como prestadora de serviços.

Em 1987, as pró-reitorias de extensão das universidades públicas realizaram o primeiro encontro nacional, no qual a extensão universitária foi definida como “via de mão dupla” entre universidade e sociedade, articulando-se às áreas de Ensino e Pesquisa e oportunizando uma relação transformadora entre as partes. O documento resultante desse encontro serviu de base para a redação da Constituição de 1988, que, em seu artigo 207, estabelece claramente o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Seguindo esse princípio, a extensão universitária consolidou-se na lei e na prática em todo o Ensino Superior brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 43, define como uma das finalidades do Ensino Superior “promover a extensão”, aberta à participação da população e voltada à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica. O artigo também reforça o incentivo ao conhecimento dos problemas do mundo atual, em especial os nacionais e regionais, à prestação de serviços especializados à comunidade e ao

estabelecimento de uma relação de reciprocidade.

Em 1997, o governo federal criou o Programa Comunidade Solidária, que contou com a participação de universidades públicas e privadas em ações ligadas às suas áreas de extensão. O programa tinha como proposta o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, por meio de iniciativas do governo e da sociedade voltadas à melhoria da qualidade de vida das parcelas mais vulneráveis da população.

Em 2001, com o segundo Plano Nacional de Educação (PNE), a inclusão da extensão nos currículos tornou-se obrigatória para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Já no terceiro PNE (2014), a exigência passou a se estender a todas as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Entre as metas do PNE 2014-2024, a meta 12.7 estabelece a obrigatoriedade de creditação de, no mínimo, 10% da carga horária total em atividades de extensão, favorecendo a solidificação da extensão como prática acadêmica.

Para colaborar com a aplicação dessa meta, foi publicada a Resolução CNE/CES nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira (DEESB). Essas diretrizes regulamentam as atividades acadêmicas de extensão nos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares.

Percebe-se, a partir dessas regulamentações, a importância da extensão na educação brasileira como prática a ser desenvolvida na comunidade acadêmica, fortalecendo o vínculo entre as instituições de ensino superior e a sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento em articulação com o ensino e a pesquisa.

O próximo tópico abordará a temática da extensão, considerando as definições do FORPROEX e a inserção da extensão nos currículos dos cursos, frente à normatização existente.

3.2 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Em novembro de 1987, realizou-se o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a participação de 33 instituições representadas por seus pró-reitores. Nesse encontro, foi definida a criação do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX).

O FORPROEX consolidou-se como o principal espaço destinado a promover discussões voltadas ao desenvolvimento e às reivindicações relacionadas à criação de diretrizes e ações específicas de extensão universitária, como parte das políticas públicas para a educação superior no país.

Nesse I Encontro, a extensão universitária foi conceituada como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 1987).

Considerada uma via de mão dupla, segundo o FORPROEX (1987), a extensão assegura trânsito à comunidade acadêmica, que encontra na sociedade a oportunidade de elaborar a práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trazem um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, é incorporado ao conhecimento existente. Esse fluxo, que estabelece a troca entre saberes sistematizados/acadêmicos e populares, resulta na produção de conhecimento a partir do confronto com a realidade brasileira e regional, além de promover a democratização do saber acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação universitária.

Além de servir como ferramenta de um processo dialético entre teoria e prática, a extensão constitui um movimento interdisciplinar que favorece uma visão integrada da sociedade. A institucionalização da extensão, nesse sentido, requer a adesão a regras e processos que direcionem as atividades acadêmicas às questões de relevância social.

Segundo o FORPROEX (1994), a universidade, ao assumir o papel de agente transformador da sociedade, deve estar aberta a discussões que possibilitem o pleno exercício da cidadania, contribuindo para a diminuição da exclusão e marginalização de parcelas da população, afastadas do exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos, e do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano.

Em 2012, o FORPROEX propôs em sua agenda:

1. Incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos;
2. Adequada inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior;
3. Regulamentação da Extensão como prática acadêmica, mediante Lei ordinária, que normalize suas ações e o seu financiamento.

Em 2021, no 47º Encontro Nacional do FORPROEX, foi pontuado como desafio a ser tratado a orientação, a estimulação e o acompanhamento da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, visando ao cumprimento da Resolução nº 07/2018 do CNE.

Percebe-se, a partir desse fórum, o tema da curricularização da extensão sendo abordado de maneira singular, com a finalidade de atender à norma vigente, pautando-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O avanço da inserção da extensão nos currículos tem modificado o paradigma do modelo de educação superior vigente, fortalecendo sua aproximação com a realidade e com as diversidades de saberes, por meio da disseminação de conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e inovadores (FORPROEX, 2022).

Nesse sentido, os Institutos Federais constituem espaços apropriados para a disseminação desses conhecimentos, fortalecendo os vínculos entre instituição e comunidade de forma dialógica, confirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Uma das finalidades dos IFs é desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às especificidades locais e regionais. O desenvolvimento de atividades de extensão, em consonância com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em conexão com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, contempla um dos objetivos para os quais os IFs foram criados.

Segundo Pacheco (2010, p. 15), o fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação entre ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, e nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Promover a extensão proporciona a criação de um vínculo estreito com o universo da produção de conhecimento e saberes, que, por meio da ação humana, gera a possibilidade de construção de propostas formativas que estabeleçam uma base comum de conhecimento acadêmico-científico, constituindo o primeiro patamar

da formação.

A curricularização da extensão é um conceito que integra as atividades extensionistas ao currículo acadêmico, buscando fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, as atividades de extensão passam a compor o currículo oficial dos cursos superiores, podendo ser obrigatórias ou optativas, e incluir:

- Projetos de intervenção social;
- Estágios em comunidades;
- Trabalhos de conclusão de curso com foco em extensão;
- Disciplinas que integrem teoria e prática em contextos reais.

Existem diferentes modelos de curricularização da extensão, entre eles:

- Creditação de atividades de extensão como disciplinas;
- Integração de objetivos de extensão em disciplinas existentes;
- Criação de cursos ou programas específicos de extensão.

Articulada com a proposta dos IFs, a curricularização da extensão proporciona uma formação contextualizada, repleta de conhecimentos, princípios e valores que fortalecem a ação humana na busca por caminhos mais dignos.

Validar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, agora ancorada por regras legais, confere legitimidade e aprovação às ações extensionistas. A extensão universitária passou a ser vista como um processo que articula ensino e pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Segundo o FORPROEX (2012, p. 15):

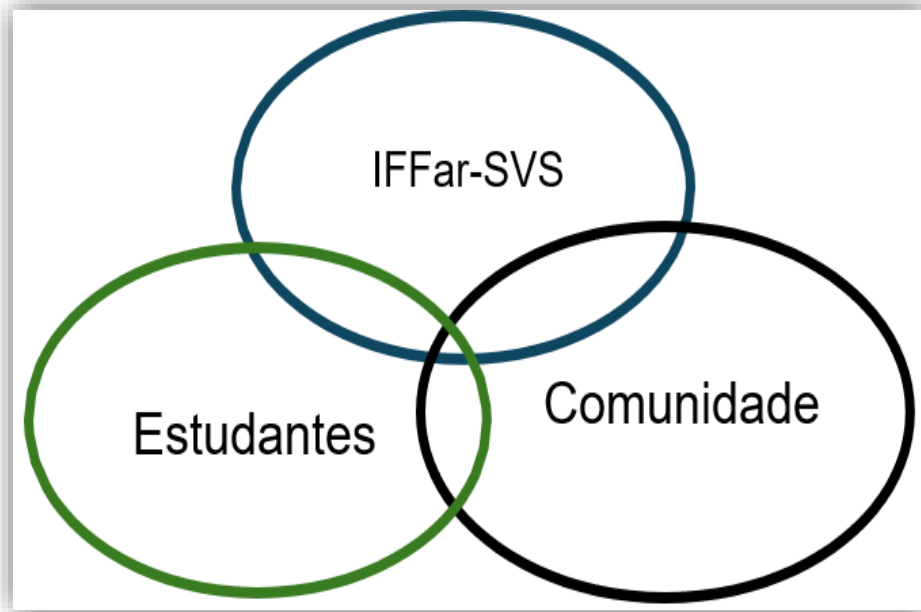
A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

A indissociabilidade entre ensino e pesquisa oportuniza, na prática extensionista, que o estudante vivencie, junto às comunidades local e regional, a práxis acadêmica. Para Freire (1988), a extensão vai além do simples ato de estender algo a alguém ou de transmitir conhecimento, pois a verdadeira extensão tem o sentido de comunicar, de dialogar e de possibilitar que o outro se torne sujeito de transformação.

Nesse sentido, é fundamental a interação dialógica entre a Instituição de Ensino — neste caso, o IFFar *Campus SVS* —, os estudantes e a comunidade, para

a implementação das atividades extensionistas, conforme representação a seguir:

Figura 2: Ensino/pesquisa/extensão



Fonte: elaborada pela autora.

Até pouco tempo atrás, era um desafio para as instituições estabelecer políticas de extensão, em virtude da ausência de uma regra clara, com validade nacional, que regulamentasse e orientasse a aplicação dessa atividade. Segundo Reis (2010, p. 76):

A história da extensão universitária no Brasil tem sua origem e seu desenvolvimento baseados nas universidades públicas. O seu conhecimento deu-se inicialmente junto a segmentos populares da sociedade, alcançado através dos programas de cunho social, entretanto, seu reconhecimento generalizado deverá ser alcançado a partir da efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão (REIS, 2010).

A Resolução CNE/CES nº 7, de 2018, estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamentou o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Essa Lei dispõe sobre a integração curricular dos cursos de graduação a partir de programas e projetos de extensão, em um percentual mínimo de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, orientando sua ação prioritariamente para áreas de grande pertinência social. Esse regramento trouxe avanços, desafios e possibilidades até então não dimensionados para a educação. Praticar extensão universitária significa envolver-se com a realidade alheia e não

apenas contemplá-la (Reis, 2010, p. 96).

Pensando na curricularização, sabe-se que estabelecê-la é um processo complexo, influenciado por diversos fatores — sociais, econômicos, políticos e governamentais. Incluir a curricularização requer aprimoramento contínuo, com vistas a possibilitar aos estudantes aprendizados abrangentes em várias áreas do conhecimento, de modo a contribuir para a superação da desigualdade e da exclusão social, e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, curricularizar a extensão não significa apenas creditar atividades nos currículos dos cursos, nem se trata de uma ação isolada da instituição de ensino. Ela compreende o envolvimento entre a instituição e a sociedade, de forma dialógica, estabelecendo uma ação transformadora. Segundo Pereira e Vitorini (2019, p. 19), relatam que:

A curricularização da extensão é muito mais que creditar a ações de extensão no histórico do aluno. Consiste em uma nova forma de pensar e ver os componentes curriculares. É o ensino vivenciado e ligado à práxis dos sujeitos envolvidos no processo de formação e às demandas da comunidade (PEREIRA e VITORINI, 2019).

Curricularizar a extensão possibilita abrir novos meios e métodos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país, contribuindo para a transformação da sociedade.

Segundo Gadotti (2017, p. 11), “Curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas”.

As trocas de saberes sistematizados, acadêmicos e populares terão como consequência a produção de conhecimentos que impactarão a realidade social, por meio da articulação entre o conhecimento acadêmico e o envolvimento comunitário, em um processo dialético entre teoria e prática (FORPROEX, 2012).

Curricularizar a extensão não se resume à utilização de créditos provenientes de atividades extensionistas, nem apenas à integração de novas disciplinas relacionadas à Extensão Universitária nos currículos. Trata-se, sim, de sua inclusão inovadora nos projetos pedagógicos dos cursos universitários, absorvendo-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento.

Sob outra perspectiva, curricularizar a extensão significa conceber um processo de aprendizagem que transcenda a mera transferência de conteúdos (ensino) e se configure como um movimento de conhecer para transformar, sustentado por uma epistemologia crítico-dialética vinculada a aprendizagens experienciais (IMPERATORI, 2019, p. 153).

A seguir, contextualizaremos a regulamentação da curricularização da extensão no IFFar.

3.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR

A extensão no IFFar é classificada como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto por parte de diversos segmentos sociais. Revela-se, assim, como uma prática que vai além da visão tradicional de acesso, abrangendo também a participação.

Fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão — indissociáveis no processo formativo —, a extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, promove uma ação potencializadora, oferecendo subsídios para a transformação do processo pedagógico e para o compartilhamento dos conhecimentos alcançados pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

As ações de extensão são definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e promovidas por meio de Dimensões Operativas, organizadas a partir do conjunto de ações desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

As tratativas da curricularização da extensão no IFFar foram iniciadas pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio de uma comissão criada para verificar as formas de adoção. Foi constituído um grupo de trabalho responsável pela elaboração da minuta que conduziria a implementação da curricularização da extensão no IFFar. Nesse processo, diversas atividades foram realizadas por meio do Programa de Extensão em Rede 2020. Toda a etapa inicial — tratativas, reuniões, participação em eventos e definição dos setores envolvidos — ficou sob responsabilidade da PROEX, coordenada pela presidente do GT.

A regulamentação da curricularização da extensão foi estabelecida pela Resolução Ad Referendum nº 15/2022 do Conselho Superior do IFFar (CONSUP),

em consonância com a Resolução CNE/CES nº 07/2018.

As atividades ou ações extensionistas, para fins de curricularização, foram organizadas nas seguintes modalidades: I – Programas; II – Projetos; III – Cursos e oficinas; IV – Eventos; V – Prestação de serviços.

A inserção ocorreu por meio dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e foi iniciada para todas as turmas ingressantes em fevereiro de 2023.

A resolução apresenta duas possibilidades de inserção da extensão nos PPCs: a primeira prevê que parte da carga horária de determinados componentes curriculares seja destinada à extensão; a segunda possibilita que toda a carga horária de um componente curricular seja dedicada às atividades extensionistas.

A Reitoria, por meio de ações conjuntas entre a PROEN e a PROEX, deverá promover formações continuadas com o objetivo de capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades de extensão previstas nos currículos.

CAPÍTULO 4: APORTES METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados a metodologia utilizada, o local e os participantes da pesquisa, os critérios adotados para inclusão e exclusão dos sujeitos, a forma de coleta de dados e seus resultados, bem como os aspectos éticos envolvidos no desenvolvimento da investigação.

4.1 METODOLOGIA

O caminho metodológico seguido buscou coletar informações sobre a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar *Campus SVS*.

Para a realização desta pesquisa qualitativa, LÜDKE e ANDRÉ (2018, p. 1-2) afirmam que “para realizar uma pesquisa qualitativa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico a respeito dele”.

A pesquisa qualitativa tem como característica fundamental o trabalho com, ou a partir de, um amplo conjunto de dimensões variáveis (Brancher; Canterle; Machado, 2019, p. 98). O delineamento da pesquisa ocorreu por meio de três procedimentos: pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica consiste em um estudo sistemático e crítico de livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais impressos ou digitais relacionados a um tema específico, servindo para identificar lacunas e desenvolver bases teóricas.

Para Gil (2009), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam uma análise mais detalhada e que podem ser reelaborados de acordo com as finalidades da investigação. Dessa forma, por meio da pesquisa documental é possível analisar, criticar, revisar ou compreender um fato específico, bem como realizar exposições sobre o tema.

A pesquisa também utilizou o procedimento de estudo de caso. Conforme Malheiros (2011, p. 94), “estudo de caso consiste em se pesquisar uma situação específica para compreender uma determinada relação de causa e efeito”. Entretanto, Gil (2009, p. 57-58) caracteriza o estudo de caso como um exame profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de modo a permitir seu conhecimento

amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos.

Desse modo, ao utilizar o estudo de caso, pretende-se investigar um fato e, por meio da análise, buscar relações de causa e efeito no contexto estudado.

Para esta pesquisa, foram analisados os cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar *Campus SVS*, a partir dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), com o intuito de verificar como está determinada a curricularização da extensão nos cursos ofertados pelo *campus*.

4.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no IFFar *Campus SVS*, com a finalidade de responder ao problema proposto e atender aos objetivos estabelecidos.

Para o desenvolvimento da investigação, foram convidados a responder a um questionário eletrônico os coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública desse *campus*, considerando que participaram diretamente do processo de implementação da curricularização da extensão.

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critério de inclusão, foram selecionados os coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública que participaram da implementação da curricularização da extensão.

O critério de exclusão estabelecido definiu que não comporiam o público da pesquisa os servidores que estiveram afastados durante o período de implementação da curricularização da extensão.

A seguir, apresentaremos como ocorreu o processo de coleta de dados para a realização da pesquisa.

4.4 COLETAS DE DADOS

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acompanhada de pesquisa documental nas normativas que tratam do tema objeto da investigação. Posteriormente, será analisado o questionário eletrônico (Apêndice A), composto por

questões abertas e fechadas que abordam a temática proposta.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida no Banco de Teses e Dissertações do Observatório ProfEPT e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, onde podem ser encontrados estudos relacionados ao tema em análise.

Já a pesquisa documental foi realizada por meio da busca de legislações vigentes que tratam do assunto em discussão, como a Lei de criação dos Institutos Federais, a Lei que estabelece a curricularização da extensão e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de Administração e Gestão Pública.

O contato com os participantes foi realizado pela pesquisadora via e-mail. Foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) aos participantes, bem como o envio do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética.

No próximo tópico, serão descritas as análises dos dados, os resultados obtidos e as discussões decorrentes da pesquisa.

4.5 ANÁLISES DOS DADOS - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como metodologia analítica das informações, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), definida por Moraes e Galiazzi como uma metodologia de análise de textos e discursos na pesquisa qualitativa, amplamente empregada nas Ciências Humanas, especialmente em pesquisas na área da Educação no contexto brasileiro.

Por meio dessa análise, buscamos reconhecer os desafios e estratégias para a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFar *Campus* SVS, considerando o contexto da Lei nº 13.005/2014, meta 12.7.

A seguir, serão apontados os aspectos éticos observados para o desenvolvimento da pesquisa.

4.6 ASPÉCTOS ÉTICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessária a participação de seres humanos, sendo, portanto, indispensável o cumprimento das normas éticas e legais. Para atender a esses preceitos, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFFar, conforme parecer nº 7.331.296. Após a aprovação, procedeu-se à coleta de dados junto aos participantes.

4.6.1 Riscos, confidencialidade e benefícios da pesquisa do participante

Com o propósito de resguardar a confidencialidade das informações e a identidade dos participantes, foram entregues dois documentos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os convidou a participar da pesquisa, e o Termo de Confidencialidade (TC), ambos disponíveis nos Apêndices B e C deste trabalho. É importante ressaltar que esses documentos apresentam, de maneira clara e objetiva, os termos de aceitação ou recusa da participação, bem como os direitos assegurados aos participantes. Tais critérios cumprem o papel de garantir o cumprimento dos princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos.

Nessa circunstância, o mestrando responsável pela pesquisa compromete-se a preservar a privacidade dos participantes. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a execução da dissertação e para a produção de artigos técnicos e científicos. O material físico permanecerá sob os cuidados e responsabilidade do pesquisador, sendo armazenado em local seguro pelo período de cinco anos; após esse prazo, será descartado por meio da técnica de trituração.

Toda e qualquer informação fornecida pelos participantes será tratada de forma confidencial. Em nenhum momento da apresentação pública dos dados serão divulgados nomes ou informações que permitam a identificação dos sujeitos da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra ao participante. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao autor da pesquisa ou à sua orientadora.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise e interpretação das informações obtidas por meio do questionário semiestruturado aplicado via Google Forms, contendo nove perguntas abertas elaboradas para atender aos objetivos da pesquisa. O instrumento foi estruturado em duas partes: a Parte I, referente à docência, e a Parte II, voltada à curricularização da extensão.

Inicialmente, os participantes foram informados sobre a pesquisa, seus objetivos, e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, manifestando concordância ou não em participar do estudo. Na Parte II, especificamente nas seções 4 e 5 do questionário, iniciaram-se as perguntas, sendo o instrumento finalizado com o agradecimento pela colaboração.

Para responder ao questionário, foram convidados os coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública envolvidos no processo de curricularização da extensão. Nesse contexto, cinco participantes foram convidados, dos quais quatro responderam ao questionário.

O questionário está dividido em duas partes. A Parte I contém duas perguntas: tempo de docência e tempo de docência no IFFar. A partir dos dados gerados, observou-se que todos os docentes possuem mais de dez anos dedicados à prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. Considerando o tempo de docência no IFFar, as respostas indicam que o ENTREV 4 possui o menor tempo de atuação, com oito anos, enquanto os demais variam entre quinze e dezessete anos.

Com base nessas informações, percebe-se que houve a participação desses docentes no processo de criação dos Institutos Federais, e seu envolvimento nessa nova política educacional é descrito por Pacheco (2015, p. 6) como:

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais (PACHECO, 2015).

Pacheco (2011, p. 15) considera os Institutos Federais uma instituição inovadora e ousada, com um futuro em aberto e articulada às redes públicas de

educação básica, capaz de se tornar um centro irradiador de boas práticas.

No próximo tópico, será apresentada a conceituação da Análise Textual Discursiva (ATD), metodologia utilizada nesta pesquisa com o objetivo de alcançar novas compreensões sobre o tema investigado. Em seguida, será exposta a análise dos dados segundo os pressupostos da ATD.

5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DE ACORDO COM A ATD

Para a análise dos resultados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), considerada o meio empregado para a reconstrução e a estruturação das informações coletadas por meio do questionário. A ATD é consagrada como uma metodologia de análise qualitativa de informações textuais e discursivas, desenvolvida por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi. Seu objetivo é produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos, indo além da análise de conteúdo tradicional, ao enfatizar a interpretação e a construção de significados a partir dos textos analisados.

O processo da ATD inicia-se com a desconstrução, que visa identificar as unidades essenciais presentes na pesquisa. Em seguida, ocorre a unitarização, caracterizada pela fragmentação do texto em unidades de significado, seguida da categorização, que organiza essas unidades em categorias, e culmina na elaboração do meta-texto, que consiste na síntese das categorias e na interpretação dos resultados. Dessa forma, Moraes e Galiuzzi (2011, p. 89) conceituam a ATD como:

A Análise Textual Discursiva pode ser caracterizada como exercício de produção de meta textos, a partir de um conjunto de textos. Nesse processo constroem-se estruturas de categorias, que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados (MORAES; GALLIAZI, 2011, p.89).

A partir das informações obtidas por meio do questionário aplicado e respondido pelos participantes da pesquisa, foi possível identificar ideias, considerações e compreensões acerca da implementação da curricularização da extensão. Dessa forma, as categorias de análise foram organizadas segundo a metodologia da ATD, sendo as questões explicitadas e examinadas a partir de fragmentos dos relatos dos respondentes e de referenciais teóricos. Após o reconhecimento das categorias, os dados foram expostos de acordo com as

respostas de cada participante, permitindo a construção de uma interpretação fundamentada.

Foram identificadas quatro categorias principais. A primeira, considerada o núcleo da análise, refere-se à “Curricularização da Extensão”, na qual se destacam as opiniões dos envolvidos sobre o processo de implementação, as considerações relativas aos cursos de Administração e Gestão Pública, os participantes diretamente implicados, as formas de validação das atividades desenvolvidas e os desafios e estratégias encontrados. A segunda categoria, denominada “Ensino-pesquisa-extensão”, evidencia o reconhecimento do tripé como elemento essencial para a formação integral do estudante. A terceira categoria, “Impactos na Sociedade”, aponta o envolvimento dos setores comerciais da cidade de maneira ainda restrita, além das dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso noturno em participar das ações de extensão, em virtude de residirem em outros municípios e da predominância das atividades corporativas no período diurno. Por fim, a quarta categoria, “Formação de Professores”, foi destacada como aspecto relevante para o direcionamento e efetivação da curricularização, ressaltando a importância da capacitação docente nesse processo.

No quadro abaixo está delineada a organização estabelecida para a análise, conforme a ATD, contendo as categorias e subcategorias emergidas a partir do questionário.

Quadro 7: Categorias e subcategorias emergidas da ATD

Categoria	Subcategorias³
1. Curricularização da extensão: a implementação (a priori)	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na implementação da curricularização da extensão. • Curricularização no curso de Administração e Gestão Pública • Participação dos docentes, dos técnicos administrativos e comunidade acadêmica na implementação e validação da curricularização da extensão. • Considerações sobre a implementação da curricularização no curso de Administração e Gestão Pública. • Desafios e estratégias na implementação da curricularização da extensão.
2. Ensino-Pesquisa-Extensão	
3. Impactos na sociedade	
4. Formação de Professores	

Fonte: elaborado pela autora

³ As subcategorias emergiram das questões do questionário.

Nesse tópico, referenciamos a aplicação da ATD e enunciamos as categorias e suas subcategorias que surgiram.

5.2.1 Categoria 1 - Curricularização da extensão: a implementação

Consideramos a curricularização da extensão e sua implementação como a categoria a priori desta análise, tendo em vista que o desenvolvimento da pesquisa ocorre a partir da premissa da implementação da curricularização, e as subcategorias emergiram das perguntas realizadas no questionário. Iniciamos a Parte II do questionário buscando investigar o significado da Curricularização da Extensão, e os participantes descreveram seu entendimento conforme segue:

“A curricularização da extensão é uma estratégia definida pelo FORPROEX para incluir a extensão no currículo dos cursos superiores, visando efetivamente implementar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Considerando que a extensão propicia uma formação de maior qualidade em todos os aspectos, seja na leitura mais ampla da realidade, sendo colocado em prática os conhecimentos desenvolvidos ao longo da formação dos estudantes” (ENTREV 1⁴).

“São ações indissociáveis e ensino e extensão. Práticas Integradas” (ENTREV 2).

“Integrar os conhecimentos de sala de aula com a comunidade local, dentro das disciplinas e currículo” (ENTREV 3).

“É a articulação de atividades de extensão acontecendo nas ações das disciplinas dos cursos” (ENTREV4).

Baseado nas respostas colhidas, podemos perceber que o ponto comum entre os participantes, acerca do significado da curricularização da extensão, é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a implementação, no currículo dos cursos, de disciplinas que promovam ações extensionistas. A Constituição de 1988 determinou a soberania universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A partir desse marco, consolidou-se no Brasil o modelo do tripé ensino, pesquisa e extensão como missão da universidade.

Segundo Tauchen (2009, p. 93), a indissociabilidade é definida da seguinte forma:

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, o fundamento do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (TAUCHEN, 2009).

⁴ O recorte das narrativas dos entrevistados será apresentado entre aspas e em itálico para diferenciar das citações dos autores.

Podemos observar que as respostas dos participantes estão alinhadas com o que estabelece a Resolução nº 07/2018 em relação à curricularização da extensão:

Atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Diante do exposto, verificamos que a ação de implementar a curricularização da extensão está fortemente relacionada a iniciativas que buscam manter associados o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a integrar os conhecimentos adquiridos em sala de aula à realidade existente. Dando continuidade às análises, no próximo tema abordaremos as experiências vividas durante o processo de implementação da curricularização da extensão.

5.2.1.1 Subcategoria 1- Experiência na Implementação da Curricularização da Extensão

A extensão favorece variadas contribuições tanto para a comunidade interna quanto para a externa à universidade, sendo entendida como um caminho para o desenvolvimento crítico e reflexivo da realidade, ao propiciar a troca de conhecimentos mútuos entre a universidade e a comunidade, apoiando-se nas necessidades existentes. As ações de extensão conectam-se ao ensino e à pesquisa, favorecendo aos docentes a ampliação de seus saberes. Nesse sentido, buscou-se conhecer como foi a experiência no processo de implementação da curricularização da extensão no IFFar *Campus SVS*, ocasião em que os participantes relataram o seguinte:

“Depois de algumas reuniões com os pares eu entendi como se faz a curricularização nos cursos superiores” (ENTREV 2).

“Algumas práticas foram feitas na Gestão Pública e Administração, com atividades desenvolvidas pelos alunos em diferentes disciplinas do semestre, com oficinas com empresários e na Escola São Vicente” (ENTREV 3).

“Minha experiência está ocorrendo, devido a Coordenação, onde elaboro, junto ao corpo docente, propostas para que ocorram ações na comunidade e organizações proporcionadas por nossos alunos, como por exemplo, oficinas. (ENTREV 4).

Mas há também, entre os respondentes, aqueles que manifestaram suas

expectativas de maneira não muito positiva, conforme relata (ENTREV 1):

“Frustrante, pois falta direcionamento institucional para tal, não foram criados espaços adequados de discussão e de formação para o desenvolvimento da curricularização. Creio que deveria uma formação continuada e de caráter obrigatório para que todos e todas possam entender a sua importância e com orientações claras de como conduzir o processo. havia muitas informações desencontradas. Fui responsável pela primeira disciplina que trata dos aspectos mais teóricos, mas sequer há na instituição um modelo de projeto que possamos nos inspirar e nem tampouco discussões sobre as metodologias extensionistas em nossa área. Os cursos das rurais tem a extensão rural mais desenvolvida em termos de metodologias” (ENTREV 1).

Dessa maneira, compreendemos as práticas curriculares como complexas e relacionadas a fazeres e saberes que nem sempre, ou raramente, constituem um todo coerente. A existência de redes de conhecimentos, muitas vezes contraditórias, de convicções e crenças, de possibilidades e limites, de regulação e emancipação, compõe as propostas de organizações curriculares, que chegam às escolas de modo a produzir um caráter regulatório ou emancipatório em suas diferentes proposições.

Em síntese, este tópico evidencia como foi tratada a implementação da curricularização, destacando que ela ainda se encontra em fase de desenvolvimento e necessita de maiores direcionamentos que contribuam para a efetivação dessas práxis.

A seguir, analisaremos a curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública.

5.2.1.2 Subcategoria 2 - A curricularização nos cursos de Administração e Gestão Pública

Administrar é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos da organização para alcançar objetivos previamente definidos. No IFFar, o curso de Administração tem como objetivo:

“...formar profissionais que, com caráter e consciência crítico-construtiva, consigam construir e desenvolver a aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas do ambiente onde as organizações estão inseridas, da produção e de seu gerenciamento, melhorando o processo de tomada de decisão e implementando estratégias, táticas e processos empreendedores, competitivos e inovadores, voltados à viabilidade e sustentabilidade das organizações” (IFFar, 2014).

Nesse sentido, a busca por atender esse pressuposto requer práticas educativas que possibilitem sua efetivação. Instituir nos currículos dos cursos

estratégias e metodologias que visem à formação humana e integral do estudante constitui pressuposto essencial. Acerca dessa lógica, considerando a questão pautada neste tópico, os participantes da pesquisa relataram, quanto ao planejamento da curricularização no curso de Administração, a importância do diálogo e a necessidade de organizar e dirigir situações. As percepções dos respondentes são as seguintes:

“Foi muito desorganizada (...), (...) não foi debatida por todos (...), (...) no nosso campus achamos melhor criar os componentes curriculares específicos. (...) Ficando distribuídas a partir do segundo semestre” (ENTREV 1).

“Por meio de reuniões com a Pro-Reitoria e com seus pares que ministram aulas no curso” (ENTREV 2).

“Foi planejada com disciplinas preparatórias de projetos e atividades que serão aplicadas nas disciplinas de práticas aplicadas” (ENTREV 3).

“A curricularização foi pensada pelo grupo docente, mediante reuniões entre colegiado e núcleo docente estruturante...” (ENTREV 4).

Desse modo, estruturar os currículos de maneira planejada e difundida, criando possibilidades para alcançar propósitos de uma efetiva curricularização, é entendido como necessário, contribuindo para o processo de formação do estudante. Segundo Santomé (2013, p. 216), educar é preparar crianças e adolescentes para serem pessoas autônomas, capazes de tomar decisões e elaborar julgamentos arrazoado e razoáveis, tanto sobre sua conduta quanto sobre a conduta dos demais, tornando-os aptos a dialogar e cooperar na resolução de problemas e nas propostas de solução encaminhadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, entende-se que a curricularização da extensão contribui para o desenvolvimento do perfil do profissional administrador, por meio do reconhecimento das competências e habilidades potencializadas pelas práticas extensionistas. Referindo-se à Gestão Pública, considera-se uma atividade voltada a administrar os recursos do Estado para atender às necessidades da sociedade. Trata-se de uma área multidisciplinar que envolve planejamento, execução de projetos e fiscalização de políticas públicas, fundamentada nos princípios da eficiência, transparência, eficácia, responsabilidade social, ética e probidade administrativa.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFar *Campus SVS* tem como objetivo formar profissionais éticos, responsáveis e competentes, capazes

de analisar o ambiente das organizações pertencentes ao setor público e daquelas que com este se relacionam, identificando e solucionando problemas existentes e potenciais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional sustentável e para o avanço do conhecimento científico-tecnológico (IFFar, 2022).

Na implementação da curricularização no curso de Gestão Pública, os atores desse processo citaram o seguinte:

“O que relatei sobre o curso de Administração em alguma medida se aplica ao curso de GP, porém, no curso de GP não foi debatido com os outros campi, pois somos o único campus a ofertar. Tenho que salientar que nem todos os professores atuam nos dois cursos, há um núcleo mais comprometido com a GP que debate as questões de estruturação do curso. Mas volto a salientar que as orientações da PROEN e PROEX eram muito confusas, creio que as pro reitorias não afinaram as práticas antes de levar para os campi. Também o prazo para a reforma curricular era vergonhoso e foi feito durante a pandemia de covid 19” (ENTREV 1).

“Por meio de reuniões com a Pró-Reitoria e com os pares que ministram aulas no curso” (ENTRE 2).

“Uma disciplina explicando o que é Extensão e como fazer. Uma segunda disciplina para preparar e planejar projetos e ideias de atividades para serem executadas na Disciplina de Projetos no último semestre” (ENTREV 3).

“O Eixo de gestão e negócios é articulado pelo mesmo grupo do Bacharelado em Administração. Dessa forma, a dinâmica foi a mesma, criar disciplinas específicas de extensão, a fim de que atendam as demandas da curricularização” (ENTREV 4).

Percebe-se que o desenvolvimento da ementa curricular foi planejado e elaborado de forma a atender aos pressupostos da Resolução nº 07/2018, ou seja, a creditação de, no mínimo, 10% da matriz curricular destinada à curricularização da extensão. Considerando essa ação, surge a necessidade de organizar o currículo escolar de modo a estabelecer e articular políticas e práticas democráticas que resultem no desenvolvimento da educação, capazes de transformar e inovar a prática pedagógica, abarcando teoria e prática de forma reflexiva e transformadora. Dessa maneira, observa-se que, por meio do currículo, regras e normas são estabelecidas, comportamentos são estipulados, princípios podem ser verificados e diferentes culturas podem vir a se comunicar.

Frente ao exposto, percebe-se que a promoção de iniciativas de integração entre práticas pedagógicas e extensionistas no curso de Gestão Pública constitui um desafio, mas apresenta a perspectiva de gerar transformações entre as partes envolvidas durante o processo educativo. A seguir, apresentamos como se deu a participação dos servidores e da comunidade acadêmica no processo de

curricularização e como ocorre a validação dessa atividade.

5.2.1.3 Subcategoria 3 - A participação dos docentes, técnicos administrativos e a comunidade acadêmica na implementação e validação da curricularização da extensão.

O Artigo 205 da Constituição de 1988 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Fortalecendo esse pressuposto, a LDB, em seu Artigo 14, dispõe que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e baseada nos seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselho escolar ou equivalente. O Artigo 15 assegura aos sistemas de ensino, bem como às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de liberdade pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Sob essa perspectiva, os sujeitos da pesquisa relataram o seguinte:

“Minha participação e de outros docentes foi ativa, porém não houve participação dos estudantes e por parte dos técnicos administrativos, apenas os ligados ao setor pedagógico participaram. Reforcei muitas vezes sobre a necessidade de participação de todos, inclusive da comunidade que entendo deve estar envolvida, porém fui voto vencido” (ENTREV 1).

“SIM” (ENTREV 2).

“Houve a participação, mas quase exclusivamente de professores com reuniões e encontros, levando-se em conta a característica do curso noturno” (ENTREV 3).

“Reuniões entre colegiado e núcleo docente estruturante” (ENTREV 4).

Nesse sentido, levando-se em conta a gestão democrática no que envolve a curricularização da extensão, observa-se que, pelas respostas obtidas no questionário, houve participação mais ativa dos docentes; o segmento TAE colaborou apenas por meio do setor pedagógico e não houve participação dos estudantes. Embora a participação estudantil não tenha ocorrido de forma ampla, aqueles que se envolveram atuaram de maneira a contribuir para a consecução

dessa finalidade.

Considerando as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos político-pedagógicos dos cursos, estas podem ser compreendidas nas modalidades de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. Além disso, devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão devidamente registrados, documentados e analisados, de modo a possibilitar a estruturação do plano de trabalho, das metodologias, dos instrumentos e dos conhecimentos gerados.

Desse modo, entende-se que avaliações regulares propiciam o aperfeiçoamento dos objetivos da implementação da curricularização, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa, formação do estudante, qualificação docente, conexão com a sociedade, envolvimento de parceiros e outras dimensões acadêmicas institucionais.

A regulamentação da curricularização da extensão no IFFar ocorreu por meio da Resolução Ad Referendum nº 15, de 19 de agosto de 2022, do CONSUP. A seguir, destacamos alguns artigos dessa resolução.

Artigo 6º- “as atividades de extensão são aquelas vinculadas à formação estudante e que envolvem a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com demandas de ordem social, econômica e/ou cultural presentes nos diferentes contextos e realidades.”

Artigo 7º- as atividades ou ações extensionistas, para fins de curricularização da Extensão, inserem-se nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

Também se admite que as atividades complementares de curso (ACC) poderão ter parte de sua carga horária destinada às atividades de extensão, a partir da observância de alguns critérios. A validação dessas atividades será realizada pela coordenação do curso, com base na comprovação apresentada pelo estudante.

A validação dessas ações deve estar em consonância com tais pressupostos. Dessa forma, inteirar-se sobre como ocorreu o processo de validação no IFFar SVS constitui objetivo da pesquisa. Portanto, os respondentes do questionário relataram o seguinte:

“A validação se dá apenas pela nota atribuída pelo ministrante das disciplinas” (ENTREV 1).

“Diversas ações dentre elas o registro no Projeto Pedagógico dos Cursos” (ENTREV 2).

“Disciplinas para planejamento e explicação para os alunos” (ENTREV 3).

“Ainda estamos no processo de implementação. As ações estão desenvolvidas com suporte dos projetos de extensão como exemplos, bem como parcerias entre a Associação comercial do município de São Vicente do Sul” (ENTREV 4).

A partir das respostas, observou-se que ainda não está bem definida a forma pela qual ocorrerá a validação, sendo que, neste momento, ela acontece de diferentes maneiras. No tópico a seguir, serão expostas as opiniões sobre como ocorreu a implementação da curricularização no curso de Administração.

5.2.1.4 Subcategoria 4 - Considerações sobre a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração e Gestão Pública

A implementação da curricularização da extensão no curso de Administração e Gestão Pública ocorre de forma semelhante aos demais cursos superiores, devendo atender ao que está disposto em leis e demais atos regulamentares. Colocar em prática essa ação envolve diversas questões a serem abordadas, de modo a contribuir para o êxito desse propósito.

Pensar na formação acadêmica e profissional do estudante em consonância com as diretrizes da curricularização da extensão ainda pode ser considerado um desafio. A curricularização da extensão tem como pressuposto promover a reformulação dos PPCs, favorecendo o vínculo das instituições de ensino com a sociedade por meio do diálogo e da transmissão de saberes entre ambos, de forma a possibilitar a vivência de ações extensionistas que contribuam para o processo educacional, a partir de problemáticas reais e da busca por soluções que habilitem os futuros profissionais, tornando-os comprometidos com o meio em que estão inseridos.

Em face dos pressupostos de promover a reformulação dos PPCs, de maneira a fortalecer o vínculo e o diálogo entre a instituição de ensino e a sociedade, tal perspectiva vai ao encontro do que preconiza o CONIF (2020):

Todo esse processo visa à efetividade dos impactos social e acadêmico dos cursos e sua territorialização, à qualificação da formação dos estudantes, promovendo o seu protagonismo e a sua interação com a comunidade e os contextos locais, a oferta de ações de extensão de forma orgânica, permanente e articulada ao ensino e à pesquisa (CONIF, 2020).

Partindo das respostas obtidas para essa questão, a opinião de um participante foi a seguinte:

“Não está sendo realizada de forma adequada, e como não há uma formação para tal, cada professor/a ministra da forma como entende. Me resta dúvidas se os projetos devem estar cadastrados no SIGAA e como fazê-lo, e ao questionar, me foi colocado que no final do curso dos alunos será resolvido. Creio que teremos problemas/dificuldades quanto a isso” (ENTREV I).

Sob esse ponto de vista, podemos afirmar que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, é necessária para a qualidade da educação. Ela capacita os professores com ferramentas, metodologias e conhecimentos indispensáveis para enfrentar os desafios da sala de aula e promover um ambiente de aprendizado eficaz, impactando diretamente na formação humana e integral do aluno e refletindo seus resultados na comunidade.

Um dos desafios, segundo a ótica dos Institutos Federais, é a formação contínua de técnicos e docentes não apenas no tocante aos aspectos didático-pedagógicos, mas também quanto à acepção dos Institutos. De acordo com essa perspectiva, todos aqueles que se relacionam com jovens são educadores e, por consequência, necessitam receber uma formação político-pedagógica (Pacheco, 2020).

Sobre a formação docente, Santos (2012, p. 111) afirma que ela significa:

“Pensar a formação docente a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão como gerador, desenvolvedor, propagador e reconstrutor de saberes herdados, que abrem novos horizontes para o modo de ser humano no mundo, é uma prática complexa, face ao universo e à diversidade da construção do conhecimento.

Assim, competências, habilidades, comportamentos e valores são adquiridos ou modificados sem que se perceba onde começa e termina o trinômio acima citado, pois seus componentes são indissociáveis e integram um mesmo fazer que se destina a transformar a realidade social” (SANTOS, 2012).

Sob o ponto de vista de outro participante, a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração foi descrita da seguinte maneira:

“Entendo como importante e emergente, considerando que abarca as finalidades do Instituto Federal, pesquisas aplicadas que contribuam com o desenvolvimento local e regional” (ENTREV 2).

De fato, a opinião proferida condiz com uma das finalidades dos Institutos Federais, que é promover a educação profissional, científica e tecnológica, visando à formação de profissionais qualificados para atuar nos diversos setores da economia, com foco no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

No que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e

nacional, destaca-se o comprometimento com o desenvolvimento sustentável e inclusivo do território de atuação, sendo o IFFar e o *campus* parte integrante desse território e protagonistas de seu processo de transformação.

De acordo com a opinião do próximo participante, temos o seguinte posicionamento:

“Ainda não foi implantada completamente, pois está na fase das disciplinas. Mas tem várias atividades pensadas com os empresários locais” (ENTREV 3).

Sob outro enfoque, observa-se a seguinte argumentação:

“Ainda é um desafio e não sabemos todos os resultados, pois ainda ocorrerão outras 3 disciplinas nessa realidade” (ENTREV 4).

Em suma, verificou-se que a opinião dos participantes que atuaram nesse processo de curricularização no curso de Administração manifestou a necessidade de formação docente, tendo em vista tratar-se de um tema importante e emergente, pois abarca as finalidades do IFFar.

Na implementação da curricularização da extensão no curso de Gestão Pública, observa-se que os docentes do curso de GP são os mesmos que atuam no curso de Administração. Sendo assim, as opiniões relatadas revelaram-se idênticas entre os participantes ENTREV1 e ENTREV2. Já os participantes ENTREV3 e ENTREV4 argumentaram de forma distinta em relação ao que foi manifestado anteriormente, conforme transcrição:

“Como é o mesmo grupo, as questões são as mesmas” (ENTREV 1).

“Idem a resposta da questão 7” (ENTREV 2).

“Ainda está em fase de implantação. Não completou o ciclo ainda. O ano passado teve atividade de realização de uma lei municipal e entre para os vereadores” (ENTREV 3)

“Ainda é um desafio e não sabemos todos os resultados” (ENTREV 4).

Percebe-se que a curricularização da extensão é algo novo, ainda em fase de implementação, e representa um desafio cujos resultados ainda não foram mensurados. Em regra, tudo que é novo tende a causar estranheza e resistência; contudo, pode também conduzir a novas oportunidades e ao crescimento no desenvolvimento desse novo ciclo educacional que a curricularização da extensão busca promover.

No ponto seguinte, serão abordados os desafios e as estratégias frente à implementação da curricularização.

5.2.1.5 Subcategoria 5 - Desafios e estratégias na implementação da curricularização da extensão

O ajustamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para a inserção do percentual exigido pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 e pela Resolução nº 07/2018, que estabelece as diretrizes nacionais para a extensão, é emergente. A avaliação do impacto dessa legislação nos PPCs constitui ferramenta necessária para a condução do processo de implementação da curricularização, sendo a identificação nos Projetos de Cursos um dos pontos a serem trabalhados para contribuir com a melhoria desse processo, o que se mostra imprescindível.

Perante o exposto, percebe-se que há um desafio a ser enfrentado para atender ao que a legislação preconiza quanto à creditação de 10% da matriz curricular destinados à extensão. As estratégias a serem adotadas devem considerar as múltiplas situações existentes no cenário acadêmico.

Nesse sentido, um dos questionamentos realizados na pesquisa foi conhecer quais os desafios e estratégias encontradas na implementação da curricularização da extensão no *Campus SVS*. As respostas obtidas revelam o seguinte:

“De uma forma geral entendo que sem formação e sem que a curricularização seja considerada da forma como deve seguiremos com muitos problemas. Faço uma comparação com as PPIs, que até hoje não sabemos direito o que estamos fazendo e os estudantes não veem o sentido e nem a diferença nas suas formações. Trabalho com as diretrizes da extensão, mas fica no nível teórico, na hora de criar os projetos não conseguimos a interdisciplinaridade nem mesmo no curso, o diálogo que seria a base para a extensão nos falta e muito, tanto internamente como com a sociedade, a indissociabilidade nem se fala, de longe, os recursos destinados para a pesquisa são mais abundantes e nem sequer consideramos que é da extensão que partem as demandas por pesquisa e não o contrário, quanto aos impactos na comunidade nos satisfazemos com o quantitativo e não com a qualidade de nossas ações e dessa forma, a formação dos sujeitos envolvidos deixa a desejar, sejam estudantes, TAES, docentes, Comunidade. Todos perdem!” (ENTREV 1).

“Impactos na compreensão de como articular a ações de Curricularização dos cursos” (ENTREV 2).

“Curso noturno, com o setor público e empresas sem atividades noturnas o que dificulta a participação efetiva dos alunos, além do que muitos alunos trabalham durante o dia e se deslocam de outros municípios” (ENTREV 3).

“Parcerias são desafiadoras e os horários de aplicação das ações, já que os estudantes comparecem à noite no campus” (ENTREV 4).

Em vista disso, observa-se que os maiores desafios encontrados foram a

formação dos professores e a dificuldade na realização de ações que contemplem os acadêmicos que estudam à noite, que residem em outros municípios e cuja rotina está condicionada ao fato de as atividades comerciais desenvolverem-se predominantemente no período diurno.

5.2.2 Categoria 2 - Ensino-pesquisa- extensão

A segunda categoria emergida do questionário foi a tríade ensino-pesquisa-extensão. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está garantido pela Constituição Federal, constituindo o tripé fomentador para se estabelecer uma condição de completude na qualidade da educação superior e para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro e com o meio social.

Nesse trinômio — ensino, pesquisa e extensão — a extensão passou a ter maior fortalecimento e papel significativo após a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, ocasião em que o conceito de extensão universitária foi definido como:

“A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (I Encontro do FORPROEX, 1987).

A Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, em seu Artigo 43, ratifica a extensão universitária e seu papel transformador na relação entre a universidade e a sociedade.

“VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Em vista disso, o objetivo da extensão é estabelecer uma relação entre a comunidade e a universidade. Para tanto, são desenvolvidas ações que possibilitam a troca de conhecimentos. Dessa maneira, a instituição leva à comunidade os saberes adquiridos em seus espaços e presta assistência à população, enquanto as comunidades correspondem partilhando seus conhecimentos e atuando em favor da educação.

Referindo-se à indissociabilidade desse tripé, constata-se que se trata de um desafio institucional e coletivo frente às normas e às práticas desenvolvidas no meio acadêmico, cabendo a cada instituição produzir os meios necessários para fortalecer

essa tríade, não apenas para atender a uma formalidade, mas para alcançar a formação pretendida de acordo com sua atividade-fim.

Segundo Gonçalves e Sá Quimelli (2016, p. 59), o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pode ser compreendido como uma resposta possível à demanda por uma universidade socialmente mais responsável, que estabeleça um diálogo mais ativo com os demais setores da sociedade e desenvolva um processo formativo e de produção de conhecimento.

Ainda sob essa perspectiva, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão fornece caminhos para o fortalecimento de práticas educativas e de uma política de formação, devendo ser reconhecida como princípio filosófico, político, pedagógico e metodológico.

A opinião dos participantes, frente ao questionamento sobre os desafios e estratégias encontrados na implementação da curricularização da extensão, converge para essa concepção, conforme demonstrado nas seguintes respostas:

ENTREV 1: "... incluir a extensão no currículo dos cursos superiores, visando efetivamente implementar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão..."

ENTREV 2: "...São ações indissociáveis entre ensino e extensão..."

ENTREV 3: "Integrar os conhecimentos de sala de aula com a comunidade local, dentro das disciplinas e currículo"

ENTREV 4: "É a articulação de atividades de extensão acontecendo nas ações das disciplinas dos cursos"

Frente a essas narrativas, percebe-se que ensino, pesquisa e extensão fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e que, de forma isolada, não contribuem para a formação humana e integral do estudante.

Como descrito por Pacheco (2020, p. 18), o ensino, a pesquisa e a extensão são partes de um mesmo sistema, em que uma dimensão alimenta a outra. Não é possível, portanto, estabelecer hierarquia ou precedência entre essas atividades produtoras do conhecimento. Diante disso, verifica-se a necessidade de uma organização curricular que favoreça essa conexão e atenda, com êxito, às premissas da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Saviani (2013, p. 81), a organização curricular, para constituir-se em instrumento de promoção humana, precisa ser continuamente confrontada com os objetivos da ação educativa.

Do ponto de vista da educação, Saviani (2013, p. 46) define o que significa

promover o homem: tornar o ser humano cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para nela intervir, transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens.

Na categoria a seguir, serão abordados os impactos na comunidade frente às atividades de extensão promovidas pela curricularização da extensão.

5.2.3 Categoria 3 - Impactos na comunidade

Como se sabe, a educação desempenha um papel decisivo na transformação social, tanto no nível individual quanto no coletivo. A educação formal e informal pode fomentar a percepção, o desenvolvimento de habilidades e a participação cidadã, instruindo as pessoas para lidar com as mudanças sociais e contribuindo para um futuro mais justo e igualitário.

A educação é um direito constitucional, assegurado a todos, e constitui dever do Estado e da família, tendo como foco o pleno desenvolvimento da pessoa, a cidadania e a qualificação para o trabalho. Ela proporciona aos indivíduos conhecimentos, habilidades e valores, promove a igualdade de oportunidades, conduz à busca de seus direitos e ao pensamento crítico, contribuindo, dessa forma, para o progresso social.

Segundo Freire (2008, p. 77), a educação não pode ser a do depósito de conteúdo, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. Ainda, o mesmo autor (2008, p. 78) fala na educação libertadora e problematizadora, que não pode ser o ato de depositar, narrar ou transferir “conhecimentos” e valores aos educandos — meros pacientes — à maneira da educação “bancária”, mas sim um ato cognoscente.

Sendo assim, podemos considerar que os impactos promovidos pela educação não ocorrem apenas na vida do educando ou na universidade, mas também na sociedade, onde se manifestam os resultados promovidos por intermédio da educação, observados por meio da transformação social.

Ao longo do tempo, transformações na área científica e tecnológica vêm ocorrendo por meio da educação, que é, sem dúvida, a principal responsável por tudo que a humanidade construiu até aqui. Avaliar os fatos decorrentes dessas transformações é considerado importante e necessário para mensurar as ações desenvolvidas e, a partir disso, projetar novas possibilidades de transformação

social.

Para Auler (2021, p. 73), uma leitura crítica do mundo contemporâneo, cuja dinâmica está crescentemente relacionada ao desenvolvimento científico-tecnológico, exige a problematização das compreensões historicamente produzidas sobre a atividade científica e tecnológica, sendo considerada fundamental.

A leitura crítica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico pressupõe compreender seus resultados sociais, éticos e ambientais, indo além da aceitação de inovações para questionar seus fins e impactos. Essa leitura crítica também ocorre por meio da educação e do acesso à informação, permitindo que todos participem dos debates sobre essa questão.

Conforme pactuado no FORPROEX (2012), dentre as diretrizes para nortear a criação e a efetivação das ações de extensão universitária estão a interação dialógica, o impacto na formação do estudante e o impacto na transformação social. A interação dialógica direciona a construção das relações entre a universidade e a sociedade, por meio do diálogo e da transferência de saberes, pressupondo uma ação de mão dupla, podendo ser caracterizada como o cerne da dimensão ética dos processos da extensão universitária. O impacto na formação do estudante orienta as ações de extensão, promovendo, por meio da flexibilização curricular e da existência de créditos destinados às atividades extensionistas, a participação discente. As contribuições advindas dessas ações constituem privilégios à formação do estudante, pois possibilitam o engrandecimento de suas experiências em termos teóricos e metodológicos e reforçam o compromisso social da universidade. Já o impacto na transformação social refere-se ao papel da educação como promotora de mudanças, favorecendo o aperfeiçoamento de diversos aspectos individuais e coletivos.

Acerca dessa lógica, a curricularização da extensão pode ser vista como uma ação que promove conhecimento, dialogicidade, pensamento crítico e habilidades para a resolução de problemas, contribuindo para a transformação social.

O impacto na transformação social é descrito pelo FORPROEX (2012) como sendo:

O mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012).

Segundo Ramos (2014, p. 88), o conhecimento é uma produção do pensamento pela qual se apreendem e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade. Conhecimentos assim produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais.

Nos Institutos Federais, a estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência de suas ações afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Diante dessa missão dos IFs, percebe-se o comprometimento dessas instituições em participar do desenvolvimento local e regional ao qual pertencem, por meio de ações desenvolvidas com a participação da comunidade acadêmica.

Portanto, os Institutos Federais revelam-se como ambientes privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias, capazes de promover mudanças significativas na vida de muitas pessoas.

O compromisso social da universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.

A universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal. A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade (FORPROEX, 1988).

As ações de extensão possibilitam resultados relevantes na comunidade em que estão sendo desenvolvidas, por meio do fomento de mudanças positivas, do aprimoramento da formação dos estudantes e da aproximação entre a universidade e a sociedade. Essas ações favorecem o desenvolvimento local, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovem o acesso a tecnologias e novos conhecimentos, além de reforçar o compromisso das instituições de ensino com o bem-estar coletivo.

A participação em ações extensionistas repercute consideravelmente na formação acadêmica dos estudantes, proporcionando experiências e circunstâncias não contempladas apenas pela teoria. Somando-se a isso, considera-se que a

atuação em ações de extensão permite o conhecimento da realidade local na qual o estudante está inserido, tornando-o mais crítico, ativo e participativo nas questões sociais.

Para Auler (2021, p. 84), a participação do conjunto da sociedade deve ir além de uma avaliação dos impactos dos produtos nela. Destaca-se que não podemos mais, numa perspectiva educacional ético-crítica, continuar silenciando sem sinalizar novos horizontes sobre valores assimilados e omitidos na dinâmica tecnocientífica.

Na última categoria identificada, refletiremos sobre a formação de professores, apontada como uma necessidade existente para aprimorar e desenvolver atividades pertinentes à curricularização da extensão.

5.2.4 Categorias 4 - Formação de professores

A formação de professores, apontada como uma necessidade para o aprimoramento e desenvolvimento de atividades voltadas à extensão, foi destacada no questionário por um dos participantes da pesquisa, conforme transcrição a seguir:

“Frustrante, pois falta direcionamento institucional para tal, não foram criados espaços adequados de discussão e de formação para o desenvolvimento da curricularização. Creio que deveria uma formação continuada e de caráter obrigatório para que todos e todas possam entender a sua importância e com orientações claras de como conduzir o processo. havia muitas informações desconstruídas. Fui responsável pela primeira disciplina que trata dos aspectos mais teóricos, mas sequer há na instituição um modelo de projeto que possamos nos inspirar e nem tampouco discussões sobre as metodologias extensionistas em nossa área. Os cursos das rurais tem a extensão rural mais desenvolvida em termos de metodologias” (ENTREV 1).

Nesse sentido, a busca por uma formação continuada possibilitará conceber e dirigir situações frente a novas abordagens e paradigmas, razões pelas quais as competências devem ser constantemente atualizadas e conciliadas às circunstâncias de trabalho em transformação.

A formação continuada é um processo de aprendizado e desenvolvimento que ocorre ao longo da vida profissional, visando atualizar e aprofundar conhecimentos, habilidades e competências para enfrentar os desafios de uma sociedade altamente exigente em relação a novos saberes e tecnologias.

O papel de ensinar está intimamente ligado ao trabalho docente. O saber-fazer, que permite que o conhecimento seja apreendido por meio da atuação do professor, fortalece a profissão e faz com que o trabalho docente acolha múltiplos

saberes, que não são concebidos espontaneamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96 (LDB), em seu artigo 67, inciso II, estabelece que a formação continuada é um direito dos profissionais da educação. A LDB também determina que as instituições de ensino devem promover a formação continuada com o propósito de atualizar conhecimentos, ressignificar metas e padrões, desenvolver competências específicas, acompanhar a evolução do processo de ensino-aprendizagem e atender às necessidades dos alunos.

O saber docente é definido por Tardif (2014, p. 36) como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”. Portanto, trata-se de saberes diversificados e, ao mesmo tempo, personalizados, pois contêm a identidade, as experiências de vida e a atividade profissional do docente.

Nesse processo, Tardif (2014) classifica os saberes docentes em quatro formas: saberes advindos da formação profissional, conduzidos por instituições educacionais e envolvendo saberes pedagógicos que possibilitam a ação de ensinar; saberes disciplinares, integrados às universidades em forma de disciplinas; saberes curriculares, previamente estabelecidos por programas e que devem ser aprendidos e aplicados pelos docentes; e saberes experienciais, adquiridos por meio das experiências docentes.

Com outro olhar, Santos (2002) define o saber dos professores como um processo em construção ao longo da carreira profissional, em que o docente aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho.

Nesse viés, entende-se que os professores são agentes de transformação nas escolas, atuando em diversas questões, como na gestão, na elaboração curricular, nos projetos educacionais e no trabalho pedagógico. Dessa forma, o docente torna-se o ator principal para que mudanças ocorram no ambiente escolar e também na promoção da formação humana integral, favorecendo a humanização dos alunos diante das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes apresenta diariamente.

Nessa linha de análise, Pimenta (2009, p. 23) afirma que a educação escolar está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos, cuja finalidade é contribuir para o processo de humanização de ambos, por meio do trabalho coletivo e interdisciplinar com o conhecimento, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora.

Segundo Freire (2010, p. 22), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção. Por isso, na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática: é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (Freire, 2010, p. 39).

Abarcando todas as concepções expostas, entende-se que a formação de professores conduz a um processo de humanização e transformação. Valorizar o trabalho docente como sujeito das transformações necessárias na escola e na sociedade é também pensar na qualificação docente, pois é assim que se pensa na qualidade do ensino.

No capítulo seguinte, apresentaremos o produto educacional elaborado no formato de uma cartilha, intitulada Cartilha da Curricularização da Extensão no IFFar SVS, que vem contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa prática curricular na comunidade acadêmica do IFFar.

CAPÍTULO 6: PRODUTO EDUCACIONAL

Sendo uma das condições para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação, a elaboração de um Produto Educacional resultou, a partir desta pesquisa, na criação de uma cartilha que propõe dar conhecimento sobre a curricularização da extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul, com destaque para a implementação nos cursos de Administração e Gestão Pública, a qual será referenciada neste capítulo.

6.1. PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL: Cartilha da Curricularização da Extensão no IFFar *Campus* SVS

Nessa nova proposta de inserir a extensão na matriz curricular dos cursos de graduação, possibilita-se uma atuação mais constante da instituição de ensino junto à sociedade, por meio da aplicação dos conhecimentos gerados no meio acadêmico e da promoção do diálogo entre os envolvidos, favorecendo, assim, a busca de soluções para problemas existenciais.

Diante desse cenário, a intenção deste documento é apresentar a Cartilha da Curricularização da Extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul, a qual traz a normatização e as diretrizes para a implementação da curricularização da extensão, auxiliando no conhecimento dessa nova norma e na proposição de atividades extensionistas.

O Produto Educacional foi definido ao longo da pesquisa, que resultou na elaboração da cartilha sobre a curricularização da extensão no IFFar – SVS. Esse material foi elaborado com o propósito de tornar mais conhecida essa nova atividade curricular e, ao mesmo tempo, auxiliar no aprimoramento das práticas extensionistas.

6.2 DESCRIÇÕES DO PRODUTO

Para a elaboração da Cartilha da Curricularização da Extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul (Apêndice C), composta por 14 páginas e estruturada em oito partes, definiu-se a seguinte organização: a primeira parte apresenta a introdução; a segunda oferece um conhecimento prévio sobre a extensão

universitária; a terceira aborda a curricularização da extensão e sua normatização; a quarta trata da implementação da curricularização no IFFar; a quinta descreve a curricularização nos cursos de Administração e Gestão Pública; a sexta discute o processo de avaliação; a sétima versa sobre o financiamento das atividades de extensão; e a oitava e última parte apresenta informações sobre a gestão da extensão no IFFar.

6.3 AVALIAÇÃO E RESULTADOS

Para a avaliação do Produto Educacional, foi aplicado um questionário online, elaborado na plataforma Google Forms, com o objetivo de coletar sugestões sobre a implementação da curricularização da extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul. O questionário foi enviado, via e-mail institucional, aos coordenadores dos cursos superiores do *campus*, em número de sete. Após vários contatos, quatro coordenadores responderam às perguntas.

O link para acesso ao questionário é: https://www.canva.com/design/DAGukagEMp8/ijf43lwpii1LpQl_PWpJw/view?utmcontent=DAGukagEMp8&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utlId=hcfbf204f98, no qual também está disponível a cartilha.

Foram realizadas quatro perguntas, sendo duas objetivas, com alternativas de resposta “sim”, “não” ou “outro”, e duas dissertativas, conforme relacionadas a seguir:

- 01 - Do seu ponto de vista, este material pode ser validado como um conteúdo importante para contribuir na implementação da Curricularização da Extensão no IFFar SVS?
- 02 – A Cartilha intitulada “Curricularização da Extensão no IFFar SVS” apresenta como objetivo informar os documentos legais e apresenta os tópicos sobre a implementação da Curricularização da Extensão no IFFar SVS. Nesse sentido, o Produto Educacional apresentado possibilita esse objetivo?
- 03 - Como você avalia a relevância da Cartilha elaborada?
- 04 - Caso deseje colaborar, opinar ou se manifestar, utilize o espaço abaixo:

Os avaliadores aprovaram a cartilha de forma geral; contudo, houve a

sugestão de incluir o curso de Agronomia no material. A primeira questão analisada referiu-se à validação do conteúdo apresentado, indagando se poderia ser considerado importante para contribuir na implementação da curricularização da extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul. O retorno foi positivo: 75% dos respondentes afirmaram que sim.

Gráfico 1: Validação do material apresentado

4 respostas



Fonte: Google Forms

A segunda pergunta analisada buscou verificar se o Produto Educacional atendeu ao seu propósito, cujo objetivo foi informar sobre a apresentação das normas legais e a implementação da curricularização da extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul. Nesse sentido, o Produto Educacional cumpriu essa finalidade, sendo aprovado por unanimidade.

Gráfico 2: O Produto Educacional atendeu o seu propósito?

4 respostas



Fonte: Google Forms

Nas questões abertas de nº 3 e 4, os participantes puderam manifestar-se sobre a relevância da cartilha elaborada, afirmando unanimemente que se trata de um material de grande importância e caráter esclarecedor, contribuindo para a compreensão do significado e da relevância dessa nova norma vigente.

Na última questão, foi solicitado que os avaliadores deixassem sua colaboração, opinião ou manifestação acerca da cartilha, e os retornos recebidos revelaram-se positivos.

No quadro a seguir, serão apresentadas as opiniões e sugestões dos avaliadores.

Quadro 8: Opiniões e sugestões sobre o produto educacional

Avaliadores	OPINIÕES
Avaliador 1	<i>“Acredito ser bem relevante, principalmente para aqueles que ainda têm dificuldade de entender a extensão, pois contribui para compreender melhor seu significado e importância, bem como seus aspectos legais”.</i>
Avaliador 2	<i>“Acredito que a cartilha vai esclarecer questões sobre a curricularização, tornando mais efetivo o trabalho nos cursos”.</i>
Avaliador 3	<i>“Pode ser um aliado na divulgação de como se dará (principalmente por estar presente em PPCs em que a execução da Curricularização está em andamento) a Curricularização dentro do Campus SVS e permitirá compreender êxitos e dificuldades”.</i>
Avaliador 4	<i>“A cartilha é de grande valia para consultas rápidas sobre o conteúdo da Curricularização da Extensão de maneira educativa e informativa para a comunidade acadêmica do IFFar – SVS”.</i>
Avaliadores	SUGESTÕES
Avaliador 1	<i>“Pode apresentar o que está presente nos demais PPCs do campus como Agronomia, disponível no site institucional”.</i>
Avaliador 2	<i>“Sugiro, imprimir o material e disponibilizar no DPEP, Coordenação de Extensão e de Produção, Coordenações dos Cursos Superiores de Administração e de Gestão Pública, Setor de Estágios, Biblioteca do campus”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa maneira, julgamos relevante a avaliação do Produto Educacional, pois ela contribui para aprimorar os resultados de nossa pesquisa. A partir das respostas obtidas, podemos considerar o material elaborado como importante, visto que poderá ser utilizado como instrumento de informação e divulgação sobre a implementação da curricularização da extensão no IFFar – *Campus São Vicente do Sul*.

Assim, a cartilha poderá ser empregada para dar continuidade a estudos, além de sofrer adaptações ou ampliações de informações que contribuirão para a efetiva curricularização da extensão. Sendo assim, concluímos que a avaliação do

Produto Educacional foi positiva e que o propósito estabelecido foi atingido, tendo em vista que os tópicos avaliados trouxeram respostas favoráveis para contribuir com a reflexão e o debate a respeito da curricularização da extensão.

CONCLUSÕES

Até pouco tempo atrás, era um desafio para as instituições estabelecer políticas voltadas à extensão, em virtude da ausência de uma regra clara de validade nacional que regulamentasse e orientasse sua aplicação. Atualmente, esse direcionamento já existe e conduz ao regramento da inserção curricular das atividades extensionistas. A Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Essa norma assegura a integração, como componente curricular, das atividades de extensão nos cursos de graduação, exigindo no mínimo 10% do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente para áreas de grande pertinência social.

As instituições de ensino superior passam, assim, a atuar de forma mais constante na sociedade, permitindo uma relação dialógica e proporcionando a difusão do conhecimento, das conquistas e dos benefícios decorrentes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Essa interação promove uma ação transformadora nos contextos sociais, e a troca de saberes sistematizados/acadêmicos e populares contribui para a democratização do conhecimento e para a participação ativa da comunidade na atuação da universidade.

Motivada pela curiosidade de compreender o processo de implementação da curricularização da extensão no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul, esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral analisar a implementação da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública. Os objetivos específicos foram traçados em torno desses cursos, buscando o reconhecimento dos desafios e estratégias na implementação da curricularização da extensão, a integração das práticas extensionistas ao currículo, a investigação de como ocorre a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, além da elaboração de uma cartilha como proposta de produto educacional.

O objetivo geral da pesquisa demonstra que a curricularização está em andamento, ainda em fase de implantação, mas já cumprindo a regra de destinar no mínimo 10% da carga horária total às atividades de extensão. No curso de

Administração, estão estabelecidas 300 horas, distribuídas entre seminários e práticas de extensão. No curso de Gestão Pública, essas atividades são desenvolvidas em três disciplinas, totalizando 180 horas na matriz curricular, por meio de seminários.

Destaca-se que a participação docente foi ativa no processo de implementação da curricularização da extensão, evidenciando o entendimento de que a extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, sendo promotora de uma formação humana integral e reforçando um dos princípios do IFFar. Em contrapartida, identificou-se que a participação dos técnicos administrativos foi reduzida e que não houve envolvimento significativo dos estudantes e da comunidade.

É importante destacar que propostas ainda estão sendo elaboradas para que ações junto à comunidade e organizações sejam efetivadas, reforçando a responsabilidade social do IFFar e contribuindo para o desenvolvimento local e regional, por meio da interação dialógica entre o meio acadêmico e a sociedade, promovendo a transformação social. Algumas práticas já foram desenvolvidas pelos alunos em parceria com empresários locais e com uma instituição de ensino, contudo, percebe-se que há muito a ser feito, não apenas nos aspectos práticos, mas também na criação de espaços de discussão e formação que estabeleçam um direcionamento claro para o aprimoramento das metodologias extensionistas.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que buscava identificar os desafios encontrados na implementação da curricularização, os dados apontaram dificuldades relacionadas aos horários de oferta das atividades extensionistas, considerando que os cursos de Administração e Gestão Pública são ofertados no período noturno e que muitos alunos residem em outros municípios e trabalham durante o dia.

O segundo objetivo específico, que pretendia reconhecer como ocorre a integração das práticas de extensão no currículo dos cursos, constatou que essa integração se dá por meio das ementas curriculares, evidenciando o desenvolvimento de atividades de extensão multi e interdisciplinares e experiências inovadoras, que contribuem para o processo de formação acadêmica.

O terceiro objetivo específico, que buscava verificar como a curricularização da extensão se articula com o ensino e a pesquisa, demonstrou que essa articulação ocorre ao integrar atividades extensionistas de forma obrigatória e transversal ao

currículo, promovendo a transformação social por meio da troca de saberes, da resolução de problemas identificados na comunidade e da formação de profissionais críticos e comprometidos com a realidade local.

O Produto Educacional desenvolvido contribui para o conhecimento das normas regulamentadoras da curricularização da extensão e apresenta as diretrizes seguidas no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul para os cursos de Administração e Gestão Pública.

A realização desta pesquisa proporcionou ao pesquisador maior conhecimento sobre a temática da curricularização e, em especial, sobre como essa norma está sendo desenvolvida no IFFar – *Campus* São Vicente do Sul. Dessa forma, abre-se caminho para a ampliação de novas pesquisas envolvendo o tema.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se a necessidade e a importância de outros estudos que permitam a continuidade da pesquisa e que abranjam os demais cursos superiores ofertados pelo IFFar. Considerando que a pesquisa foi realizada em fase de implementação da curricularização, é indubitável que novas orientações e discussões surgirão, permitindo maior êxito no processo e contribuindo para a formação humana e integral dos estudantes, baseada na tríade ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BRANCHER, Vantoir Robert, CANTERLE, Lisiane Darlene, MACHADO Fernanda de Camargo. **Metodologias [AS] da Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica: Dilemas e Provocações Contemporâneas**. Curitiba. Brasil Publishing. 2019.

BRASIL. **LEI 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [2008]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 13005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acessado em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa Normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio.-,Art.,de%20direito%20p%C3%ABlico%20ou%20privado>>. Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação-Secretaria de Educação Profissional e tecnológica - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio** - Documento Base. Brasília. 2007.

BRASIL. **Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018**. Ministério da Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá de preferência ao ensino universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 set.2025.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível

em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Decreto 2.406 de 27 de novembro de 1997**. Regulamenta a Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d2406.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Lei 3.552 de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.
CIAVATTA, Maria. **A Formação Integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho Necessário. Issn: 1808-799x. Ano 3, número 3. 2005.

CONIF. Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão – FORPROEX, Fórum de Dirigentes do Ensino – FDE, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2020. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extensao---fde-e-forproext_aprovado_agosto_2020.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DÉCIO, Auler. **Comunicação ou coprodução e coaprendizagem**. Diálogo com a obra Extensão ou comunicação? 1.ed. Curitiba. Appris.2021

FORPROEX-1988. **II ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**. UFMG.1988. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em 04 mai. 2025.

FORPROEX- 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <<http://www.proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012>>. Acesso em 09 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 8ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2009.

GONÇALVES, Nadia Gaioffato, de Sá Quimelli, Gisele Alves. **Princípio da Extensão Universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba-PR. Editora CRV. 2016.

IFFAR - <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/3301-curricularizacao-da- extensao-menu>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

IFFAR. **CONSUP Resolução Ad Referendum 16 de 20 de abril de 2011**. Autoriza a Pró-Reitoria de Ensino a realizar adequações dos projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/2015-05-26-00-02-52>>. Acesso em: 08 jun.2023.

IFFAR. **CONSUP Resolução 023 de 28 de maio de 2014. Aprova a criação de Curso Superior de Bacharelado em Administração Campus São Vicente do Sul**. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/2015-05-26-00-02-52>>. Acesso em: 08 jun.2023.

IFFAR. **CONSUP Resolução nº 45 de 11 de setembro de 2014**. Autoriza o Funcionamento e Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração, do *Campus* São Vicente do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://sig.IFFarroupilha.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 14 set. 2025.

IFFAR. **CONSUP Resolução 062 de 28 de maio de 2014. Aprova a criação de Curso Superior de Bacharelado em Administração Campus São Vicente do Sul**. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/2015-05-26-00-02-52>>. Acesso em: 08 jun.2023.

IFFAR. **CONSUP Resolução Ad Referendum nº 15 de 19 de agosto de 2022**.Regulamenta a curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=382418>. Acesso em 8 jun.2023.

IFFAR. **CONSUP Resolução nº 67 de 19 de dezembro de 2022**. Aprova o Ajuste Curricular no Projeto de Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), *Campus* São Vicente do Sul. Disponível em: <https://sig.IFFarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=435032>. Acesso em:14 set.2025.

IFFAR. **CONSUP Resolução nº 113 de 23 de dezembro de 2022**. Aprova o ajuste Curricular no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) *Campus* São Vicente do

Sul. Disponível em 8 jun.2023.

IFFAR. **Plano de desenvolvimento Institucional 2019-2026**. Disponível em: <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>>. Acesso em: 14 set. 2025.

IFFAR. **PPC Curso Superior de Administração**. IFFAR SVS.2022. Disponível em: <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-s%C3%A3o-vicente-do-sul>>. Acesso em: 05. abr. 2024.

IFFAR. **PPC Curso Superior de Gestão Pública**. IFFAR SVS.2022. Disponível em: <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-s%C3%A3o-vicente-do-sul>>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

IFFAR. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. 2022. Disponível em: <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-s%C3%A3o-vicente-do-sul>>. Acesso em: 14 set. 2025.

IFFAR. **Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública**. 2022. Disponível em: <<https://www.IFFarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-s%C3%A3o-vicente-do-sul>>. Acesso em: 14 set. 2025.

IMPERATORI, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da Extensão Experiência da Articulação Extensão-Pesquisa-Ensino-Extensão como Potencializadora da Produção e Aplicação de Conhecimentos em Contextos Reais**. Rio de Janeiro. Gramma Editora. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2017.

MALHEIROS, B.T. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOACIR, Gadotti. **Extensão Universitária: Para Quê?** Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em: <<https://paulofreire.org/9-noticias/247-extensao-universitaria-para-que>>. Acesso: 13 set. 2025.

MORAES, R; GALIAZZI, M.C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2011.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**. Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal. IFRN. 2015.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. 2011. São Paulo. 2011. Fundação Santillana. Ed. Moderna.

PACHECO, Eliezer. **Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos**. Revista Educação Profissional e Tecnológica.V.4. n .1. (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.36524/profept.v4i1>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PEREIRA, Noemi F.F e Vitorini, Rosilene A. S. **Curricularização da extensão: desafios da educação superior.** Interfaces-Revista de Extensão da UFMG. V.7.n.1 p.01-591. Belo Horizonte. Jan/jun.2019.

PIMENTA, Selma Garrido. (Organização). **Saberes Pedagógicos e atividade docente.** São Paulo. 2009. 7. Ed. Cortez.

RAMOS, Marise Nogueira. **HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.** Coleção Formação Pedagógica. Vol. V. Curitiba. IFPR-EAD. 2014.

REIS, Rose. **Pétalas e Espinhos.** A Extensão Universitária no Brasil. São Paulo. CIA dos Livros. 2010.

RENEX – Rede Nacional de Extensão. **XLIX ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/CARTA_49_FORPROEX_UBERLANDIA.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RENEX – Rede Nacional de Extensão. **XLVII ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em 24 fev. 2025.

RENEX –Rede Nacional de Extensão. **I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

RENEX –Rede Nacional de Extensão. **VIII ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

RENEX –Rede Nacional de Extensão. **XXXI ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2025.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social.** O cavalo de troia da educação. Porto Alegre. Penso. 2013.

SANTOS, Leila Maria Araújo (Org.). Formação docente em ações de extensão universitária: relatos de experiências. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2012. 127 p. ISBN 9788563573179.

Saviani, Demerval. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica.** 19. Ed. Campinas. SP: Autores Associados. 2013.

Silva, C.J.R; Pacheco, E.M. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** v. 1, n.22, el. 3658, 2022, p. 3 de 22.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis. Vozes. 2014.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em Educação da PUCRS. Porto Alegre. 2009.

Disponível em:

<<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2854/1/000418585-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Orgs) Fonseca, Marília. Araújo, Santiago. Anna Rosa Fontella. Villas Boas, Benigna Maria de Freitas. Araújo, Carlos Henrique. Buarque Cristovam. Sousa, José Vieira de. Resende, Lúcia Maria Gonçalves de. Aguiar, Marcelo. Sá, Virgínio. **As dimensões do projeto político-pedagógico**: Novos desafios para a escola. São Paulo. Papirus. 2001.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Título do Projeto: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL.

Pesquisador Responsável: Milene de Barros da Silva Frescura **Endereço:** Rua Ernesto Alves, 1497. São Francisco de Assis - RS **Telefone para Contato:** (55) 99929-2926.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos

Coorientador: Prof^a. Dr^a Catiane Mazocco Paniz

Endereço: Rua dos Angicos, 373. Santa Maria - RS

Telefone para Contato: (55) 999627124

E-mail: maria.ramos@IFFarroupilha.edu.br

IF Farroupilha - *Campus* Jaguari

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail do Pesquisador Responsável: milene.frescura@IFFarroupilha.edu.br

Prezado (a) participante de pesquisa,

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente da pesquisa de mestrado intitulada “**A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL**”, que está sendo desenvolvida por Milene de Barros da Silva Frescura, mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Polo IFFar, *Campus* Jaguari, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos e coorientação da Prof^a. Dr^a Catiane Mazocco Paniz.

O questionário será disponibilizado via e- mail aos coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública do IFFAR *Campus* de São Vicente do Sul.

Será enviado automaticamente para o e-mail do participante o questionário com as respostas realizadas.

As pessoas que terão acesso ao questionário serão os pesquisadores Milene de Barros da Silva Frescura (discente do Programa de Mestrado) e as Prof^ª. Dr^ª. Maria Rosangela Ramos (orientadora) e Prof^ª. Dr^ª. Catiane Mazocco Paniz (Coorientadora).

Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para uso dos seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. **A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.**

Este **termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias**, com páginas numeradas, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

O participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que for solicitado.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador responderá todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Caso você deseje entrar contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para esclarecer algo mais sobre a participação em pesquisas científicas, encaminhar mensagens para o seguinte endereço de e-mail: cep@IFFarroupilha.edu.br ou ligar para o seguinte contato: (55) 3218-9800. O endereço físico deste CEP se encontra na rua Alameda Santiago do Chile, nº 195, no bairro Nossa Senhora das Dores em Santa Maria, RS.

Conforme o Ministério da Saúde, o CEP é colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Objetivo: Analisar a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFar *Campus SVS*.

Metodologia: A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, e

será conduzida utilizando os procedimentos de uma pesquisa-ação, o qual dar-se à através da aplicação de um questionário eletrônico. A coleta de dados ocorrerá através da realização de um questionário eletrônico com os coordenadores e docentes dos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFar *Campus* São Vicente do Sul. **A identificação dos participantes da pesquisa ocorrerá apenas através do codinome ENTREV, seguindo uma sequência numérica (ENTREV 1 ao ENTREV 25).** As informações fornecidas por eles permanecerão resguardadas. O questionário contará com 9 perguntas estruturadas a respeito da acurricularização da extensão. As informações coletadas serão armazenadas por cinco anos em local seguro (armário chaveado) e posteriormente será descartado pela técnica de trituração.

Benefícios: Os benefício e vantagens em participar deste estudo será a contribuição para a formação docente e a implementação da curricularização da extensão no IFFAR *Campus* São Vicente do Sul, e demais *campis* do Instituto Federal Farroupilha.

A aceitação voluntária da pesquisa é fundamental para as contribuições científicas que serão produzidas e contribuirão para o desenvolvimento e engrandecimento dos conhecimentos acerca da curricularização da extensão no meio acadêmico.

Riscos: Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita a algum tipo de risco, sendo físico ou psicológico, imediato ou tardio. Contudo, os riscos que esta pesquisa trará são considerados baixos, conforme a Resolução CNS n 510/2016 define.

Quanto aos riscos psicológicos, pode-se descrever o relacionado ao tempo despendido para responder ao questionário, que poderá o participante achar desnecessário ou cansativo o preenchimento do mesmo. Caso o participante ache desagradável responder as perguntas do questionário, ele poderá não as responder sem qualquer tipo de prejuízo.

Riscos não são previstos, porém, se algum tipo de risco vier a causar algum dano à saúde do participante, em função da pesquisa, o participante será encaminhado ao atendimento médico de sua escolha e serão inteiramente amparados pelo pesquisador, seja financeiramente ou de outra forma.

Despesas e danos: O participante não terá despesas e nem será remunerado pela participação da pesquisa. Caso haja algum problema de saúde ou quaisquer outras despesas advindas da pesquisa, o pesquisador tem ciência que deverá ressarcir-lo mediante contato prévio, sendo que o participante em momento algum terá despesas ao participar da pesquisa.

Quanto à indenização para reparação de danos que a pesquisa possa vir a causar, seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, e caso ocorra, fica a cargo do pesquisador o custeio dos mesmos. E ainda se houver imprevistos durante esta pesquisa o pagamento da indenização fica integralmente na responsabilidade do pesquisador. O ressarcimento de despesas e a indenização frente a danos, caso haja necessidade, serão assegurados ao (s) participante (s).

Eventos adversos: Entende-se por qualquer ocorrência desfavorável ao participante da pesquisa, após a assinatura do “TCLE”, que resulte em 1: Morte; 2: Ameaça ou risco de vida; 3: Necessidade de hospitalização; 4: Prolongamento de hospitalização preexistente; 5: Incapacidade ou dano permanente; 6: Anomalia congênita; ou 7: Ocorrência médica significativa que pode prejudicar o participante e/ou requerer intervenção médica ou cirúrgica para prevenir quaisquer das demais ocorrências citadas.

Caso algum evento adverso venha a ocorrer em função da participação nessa pesquisa o pesquisador fica inteiramente comprometido em amparar o/a participante ou seu companheiro/a, seja financeiramente ou de outra maneira. Para realizar a tramitação de um efeito adverso pela Plataforma Brasil será seguido às orientações da Carta Circular nº13/2020- CONEP/SECNS/MS.

Sigilo: Salieta-se que os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando o produto desta investigação for divulgado e publicizado. No entanto, não é possível garantir totalmente a preservação da identidade dos participantes por tratar-se de população restrita. Nenhum tipo de prejuízo ocorrerá quanto ao envolvimento no estudo, pois nenhum dos participantes sofrerá qualquer tipo de atividade invasiva ou privativa de benefícios.

Nessa circunstância, o mestrando responsável por esta pesquisa obriga-se a preservar a privacidade dos participantes, as informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para execução do referido projeto e para produção de

artigos técnicos e científicos.

Vale ressaltar, que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do IFFar e **aprovado** perante **Parecer nº 7.331.296**, garantindo, assim, as exigências éticas. Toda e qualquer informação fornecida pelos participantes para este estudo serão confidenciais. Em nenhum momento da apresentação pública dos dados será divulgado nomes.

Informações adicionais podem ser obtidas com o autor da pesquisa ou com sua orientadora.

Local: _____

Data: ___/___/___

Milene de Barros da Silva Frescura
Pesquisadora responsável

Local: _____

Data: ___/___/___

Assinatura do(a) Participante

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES E COORDENADORES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DO IFFAR CAMPUS SVS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL

Prezado (a) Participante:

Primeiramente, caso queira participar, você deverá estar logado (a) a um e-mail Google.

Essa pesquisa faz parte do meu projeto de pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Jaguari, com o título supracitado, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos e Coordenadora Prof^a. Dr^a Catiane Mazocco Paniz.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração e Gestão Pública no IFFar *Campus* SVS.

Este questionário apresenta 09 perguntas, divididas em duas partes, sendo a I PARTE refere-se à Docência e a II PARTE, refere-se a Curricularização da Extensão.

Sua colaboração é de fundamental importância para a realização desse estudo.

Milene de Barros da Silva Frescura
milene.frescura@IFFarroupilha.edu.br

Discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

IFFar - *Campus* Jaguari

Matrícula 2023100181

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. E-mail*: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA NO IFFAR *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL.

Por meio desta pesquisa pretende-se analisar de que forma a curricularização da extensão foi implementada no IFFAR *Campus* de SVS.

Informamos que foi enviado um link para seu e-mail podendo ficar a seu critério as respostas.

Lembramos que não é obrigatório responder a todas as perguntas. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFFar ou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os dados estão no arquivo abaixo.

Leia o documento completo desse TCLE acessando aqui: <https://drive.google.com/file/d/18LvtXECnn89BDdB4DmXW3CISmlRmDG7t/view>.

AUTORIZAÇÃO ELETRÔNICA

Eu, após a leitura do documento da seção anterior (TCLE), declaro ter conhecimento das informações nele contidas e da forma de participação nesta pesquisa. Com base nisso, concordo em participar deste estudo e tenho conhecimento de que posso retirar minha concordância a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos a serem realizados, dos possíveis danos ou riscos dele provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo ao marcar abaixo uma das opções "ACEITO PARTICIPAR" ou "NÃO ACEITO PARTICIPAR":

Pergunta*:

- () Aceito participar
- () Não aceito participar

PARTE I - Docência

1) Qual o tempo de docência? _____

2) Qual o tempo de docência no IFFAR SVS? _____

PARTE II - Curricularização

1) Para você o que é curricularização da extensão?

2) Descreva como foi a sua experiência na implementação da curricularização?

3) Como foi planejada a curricularização da extensão no curso de Administração?

4) Como foi planejada a curricularização da extensão no curso de Gestão Pública?

5) Na implementação da curricularização da extensão nos cursos de Administração ou Gestão Pública houve a participação dos docentes, técnicos administrativos e estudantes? E como foi essa participação?

6) Quais as ações/atividades desenvolvidas no curso para validar a curricularização?

7) Sua opinião sobre a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração?

8) Sua opinião sobre a implementação da curricularização da extensão no curso de Gestão Pública?

9) Quais os desafios e estratégias encontrados na implementação da curricularização?

Para finalizar o formulário, clique em ENVIAR.

Se você participou, receberá uma cópia de suas respostas em seu e-mail.

Caso não tenha aceitado participar, agradecemos mesmo assim pelo interesse no tema. Quaisquer dúvidas que surgirem podem ser enviadas diretamente para: milene.frescura@IFFarroupilha.edu.br

Muito obrigada pela sua atenção e pela sua colaboração!

Atenciosamente,

Milene de Barros da Silva Frescura

Discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT IFFAR - *Campus Jaguari*.

Matrícula 2023100181

**APÊNDICE C - CARTILHA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR
CAMPUS SVS**

PRODUTO EDUCACIONAL



CARTILHA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR CAMPUS SVS



AGOSTO 2025



Instituto Federal Farroupilha

Campus São Vicente do Sul

Programa de Mestrado em Educação Profissional e

Tecnológica (PROfEPT) - Instituto Federal

Farroupilha *Campus Jaguari/RS*

Produto Educacional: A Curricularização da Extensão no

IFFAR Campus SVS

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços

Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica

Direitos autorais e de imagem

Mestranda PROfEPT: Milene de Barros da Silva Frescura

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos

Coorientadora: Prof^a Dr^a. Catiane Mazucco Paniz

Projeto Gráfico e Diagramação

André Luiz Turchiello de Oliveira

Descrição Técnica do Produto

Título: A Curricularização da Extensão no IFFAR Campus SVS

Origem do Produto: Resultante da pesquisa denominada “A Curricularização da Extensão no IFFAR Campus SVS” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha –
Campus Jaguari

Área de conhecimento: Ensino

Curso: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Público Alvo: Gestores, professores, estudantes, técnicos administrativos e comunidade.

Finalidade: Dar conhecimento das normativas da curricularização da extensão e sua implementação no IFFAR campus SVS

Avaliação do Produto: O produto foi avaliado pelos coordenadores dos cursos superiores do IFFAR campus SVS

Acesso: Irrestrito, resguardando a autoria do produto

Instituição participante: IFFar *Campus SVS*

Cidade: São Vicente do Sul

País: Brasil

Ano: 2025

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	5
2	CONHECENDO UM POUCO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	6
2.1	A EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	6
2.2	DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO	7
3	A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEUS ATRIBUTOS LEGAIS	8
4	A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR	8
4.1	AS DIRETRIZES QUE DEVEM NORTEAR AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO IFFAR	9
4.2	AS MODALIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA CURRICULARIZAÇÃO	10
4.3	FORMAS DE INSERÇÃO DA EXTENSÃO NOS PPCS DOS CURSOS	10
5	A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	11
6	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO	12
7	O FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	13
8	A GESTÃO DA EXTENSÃO DO IFFAR E NO CAMPUS DE SÃO VICENTE DO SUL	13

1. APRESENTAÇÃO

Esta cartilha divulga a curricularização da extensão no Instituto Federal Farroupilha- FFar campus SVS, tendo como objetivo dar conhecimento desse processo a todos os interessados nesse tema, e contribuir nessa atividade que vem a fortalecer a formação técnico-científico, pessoal e social do estudante.

Historicamente, a extensão universitária evoluiu de ações assistencialistas para um papel mais ativo na transformação social, com propostas que visam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As universidades sendo o palco fomentador desse tripé, busca a produção e disseminação do conhecimento e a aplicação desse conhecimento na sociedade, com o fim de promover a troca de conhecimentos e experiências entre a comunidade acadêmica e o público externo.

Portanto, considera-se que a extensão universitária é uma ferramenta importante para o IFFar-SVS cumprir sua função social, promovendo a interação com a comunidade, o desenvolvimento social e a formação integral dos estudantes.

2. CONHECENDO UM POUCO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária no Brasil teve origens no início do século XX, com iniciativas pontuais de algumas universidades, como a Universidade Livre de São Paulo, que buscavam estender o conhecimento universitário à comunidade. Ao longo do tempo, a extensão universitária evoluiu, incorporando diferentes concepções e práticas, desde ações assistencialistas até projetos mais articulados com o ensino e a pesquisa, com o objetivo de promover a interação entre a universidade e a sociedade.

2.1 A EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

- Primeiras Experiências (Início do Século XX):

A extensão universitária teve seus primeiros passos com ações pontuais, como as atividades da Universidade Livre de São Paulo, que visavam atender demandas sociais e levar o conhecimento universitário para as camadas populares.

- Fase Assistencialista (Décadas de 1930-1960):

Nesse período, a extensão universitária foi marcada por ações assistencialistas, nas quais a universidade fornecia serviços e conhecimentos para suprir necessidades sociais.

- A Indissociabilidade (Décadas de 1960-1970):

A partir da década de 1960, a extensão universitária passou a ser compreendida como sendo indissociável do ensino e da pesquisa, com o desenvolvimento de projetos que buscavam a participação das comunidades em processos educativos e transformadores.

- A Reforma Universitária de 1968:

A Reforma Universitária, estabelecida pela Lei nº 5.540/68, definiu a extensão universitária como uma função das universidades, com o objetivo de estender o conhecimento e os resultados da pesquisa à comunidade.

- Constituição de 1988 e Ampliação da Extensão:

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 207, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a extensão como um princípio fundamental das universidades.

- Curricularização da Extensão (Década de 2010):

A curricularização da extensão foi normatizada pelo Ministério da Educação (MEC), estabelecendo a obrigatoriedade de projetos de extensão em todos os cursos de graduação, com um percentual da carga horária total destinada à extensão.

2.2 DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO

A extensão universitária, segundo o FORPROEX, 2007(Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas), é um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável, promovendo a interação transformadora entre a universidade e a sociedade.

3. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEUS ATRIBUTOS LEGAIS

A curricularização da extensão é o processo que vem integrar atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, tornando-as parte obrigatória da formação dos estudantes, e não apenas atividades opcionais ou complementares. Isso significa que as ações extensionistas, como projetos, programas, cursos e eventos que envolvem a interação com a comunidade, passam a ter reconhecimento formal e créditos no histórico escolar dos alunos.

A obrigatoriedade dessa atividade no currículo dos cursos de graduação ocorreu por meio da Resolução nº 7 do MEC de 2018. Essa resolução determina que pelo menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão, integrando-as ao currículo.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFFAR

A regulamentação da curricularização no IFFar foi estabelecida através da RESOLUÇÃO AD REFERENDUM CONSUP/IFFAR Nº 15/2022 e Homologada pela RESOLUÇÃO DO CONSUP/IFFAR Nº 47/2022, considerando as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 07, de 18 de dezembro de 2018.

Esta normativa prevê que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos currículos dos cursos de graduação, expressos na matriz curricular.

4.1 AS DIRETRIZES QUE NORTEIAM AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO IFFAR

I - a interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio do diálogo, da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, ancorada no processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

4.2 AS MODALIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA CURRICULARIZAÇÃO

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços.

4.3 FORMAS DE INSERÇÃO DA EXTENSÃO NOS PPCS DOS CURSOS

O percentual de 10% de atividades de extensão previsto na resolução 15/2022, pode ser inserido nos Projeto Pedagógicos dos Cursos por meio das seguintes estratégias:

- Em parte de componentes curriculares, sendo que, nesse caso, a carga horária do componente será parcialmente destinada à Extensão;
- Em componentes curriculares cuja totalidade da carga horária será destinada à Extensão.

Nos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo ao qual o estudante está vinculado, observando-se as demais regulamentações da EaD.

5. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

A curricularização da extensão no curso de Administração prevê que 10% da carga horária curricular seja destinadas para atividades de extensão, isso representa 300 horas na matriz curricular do curso de Administração, assim dispostas nos seguintes componentes curriculares:

Componente Curricular	Carga Horária
Metodologia Extensionista	36 h
Seminários de Extensão	36 h
Prática de Extensão I	70 h
Prática de Extensão II	70 h
Seminário de Práticas Organizacionais	18 h
Atividades Complementares do Curso	18 h
Total	300 h

O curso de Tecnologia em Gestão Pública contempla o mínimo de 10% da sua carga horária total em atividades de extensão, desenvolvida em três disciplinas obrigatórias, que totalizam 180 horas na matriz curricular.

Componente Curricular	Carga Horária
Seminário de Experiências Inovadoras de Desenvolvimento	36 h
Seminário de Prática em Gestão Pública	72 h
Seminário de Práticas em Projetos	72 h
Total	180 h

6. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Caberá à Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFFar a condução do processo de autoavaliação, incluindo questões relacionadas às atividades de extensão previstas nos currículos nos cursos de graduação.

7. O FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO IFFAR

Os campi, em articulação com a Reitoria, deverão prever a destinação de recursos para a realização das atividades de extensão dos cursos de graduação. Em conjunto, devem realizar o planejamento orçamentário anual, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Os recursos são disponibilizados por meio do planejamento dos cursos e do campus e também através de convênio e/ou termo de cooperação com organizações parceiras, fundações de apoio e/ou demandantes, públicas ou privadas, e também de programas institucionais de apoio à Extensão.

8. A GESTÃO DA EXTENSÃO DO IFFAR E NO CAMPUS DE SÃO VICENTE DO SUL

A gestão de extensão no IFFar é competência da Pró-reitoria de Extensão/PROEX juntamente com o Comitê Assessor de Pesquisa, Extensão e Produção (CAPEP), a curricularização da extensão está também sob a responsabilidade de Claudia Maria Costa Nunes.

e-mail: proex@iffar.edu.br

e-mail: claudia.nunes@iffarroupilha.edu.br

No Campus de SVS as responsabilidades estão conferidas a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP), Coordenação de Extensão, Coordenação de Produção e Setor de Estágios.

e-mail: dpep.svs@ifarroupilha.edu.br

cex.svs@ifarroupilha.edu.br

cpr.svs@ifarroupilha.edu.br

estagios.svs@ifarroupilha.edu.br

A normativo da curricularização da extensão poder ser conhecida clicando [AQUI](#) ou na imagem abaixo.

